

DISCURSOS

PRONUNCIADOS

NAS

sessões de 20 de junho, 1 e 22 de julho
e 11 de agosto de 1903

POR

ALFREDO ELLIS

SENADOR PELO ESTADO DE S. PAULO



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1903

V. 320-08
E 47
D 903

BIBLIOTECA	FEDERAL
Es Volume de	Registrado
Em	2.128
de	1946



Discurso pronunciado na sessão de 23
de junho de 1903

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, lamento que a palavra me fosse dada em hora tão adiantada; mas o compromisso que tenho me veda o direito de aproveitar outra ocasião, porque tenho de apresentar á Mesa, um requerimento no sentido de solicitar do Governo cópia de requerimentos e petições que, ao tempo do governo do marechal Floriano Peixoto, quando Ministres da Viação os Srs. Drs. Paula Souza e João Felipe Pereira, solicitando augmento de tarifas de estradas de ferro no estado de S. Paulo, lhe foram enviados pelas companhias Paulista, Mogyana e *S. Paulo Railway* e outrosim, cópia dos referidos ~~contratos~~.

Apezar do adiantado da hora, Sr. Presidente, não possa deixar de pronunciar algumas palavras para fundamentar o requerimento, porque desejo que as minhas palavras, pelo menos, sirvam de consolo, de animação áquella grande classe de trabalhadores, áquelles que teem mais concorrido para a riqueza deste paiz, e que hoje jazem

na mais profunda miseria, no mais profundo abatimento ; porque desejo que as minhas palavras possam levar alento áquelles que delle carecem para continuarem a mourejar e a *luctar contra a adversidade*.

Sim, Sr. Presidente, é preciso tambem que as minhas palavras cheguem até aos espiritos cultos, aos directores das actuaes companhias ferro-viarias do Estado de S. Paulo, acordando nelles a generosidade adormecida e fazendo vibrar em seus corações a corda do patriotismo.

Antes, porém, de as pronunciar, permitir-me-ha o Senado que enuncie algumas phrases referentes á minha individualidade. Si é um abuso, Sr. Presidente, prometto não reincidir. Desde já, peço desculpa ao Senado por este facto.

Inexplicavel seria, Sr. Presidente, que eu, ao occupar, pela primeira vez, a tribuna neste recinto, não sentisse a emoção que sentem todos os que recebem, confiando, porventura, de mais em suas forças, uma investidura superior ás mesmas, um mandato superior aos seus apoucados meritos.

Occupando, por indicação, por nimia gentileza, do partido republicano de S. Paulo, sem solicitação de minha parte, a cadeira occupada outr'ora por Prudente de Moraes e seu digno irmão, a tarefa e o encargo tornam-se quiçá mais pesados, e eu, francamente o digo, com certeza não os acceitaria si não

confiasse na extrema generosidade e na grande benevolencia de meus illustres e honrados collegas, representantes dos outros Estados no Senado da Republica.

Não poderei, Sr. Presidente, com certeza, representando ou substituindo os que me precederam nesta cadeira, não poderei, repito, com certeza, fazel-o com o mesmo brilho, com a mesma autoridade.

Entretanto, uma cousa posso de-de já asseverar — consultando a minha consciencia e externando a sua confissão, sem alarde e sem altivez — é que, quando porventura eu tenha de a deixar, ou por substituição natural, ou pela morte, o meu substituto a virá encontrar sem um respingo de lama, com as mesmas tradições de civismo, com a mesma aureola de patriotismo, como quando a recebi, depois de occupada por meus illustres antecessores.

Refere a historia antiga, Sr. Presidente, que Alexandre, antes de partir para a Asia, á conquista da Persia, despojara-se de todas as suas riquezas, distribuira todos os seus bens e que, alguem lhe perguntando o que reservava para si, pobre como ficava, elle respondera: a esperanza.

Pois bem, Sr. Presidente, parodiando a phrase do grande conquistador macedonio, na campanha que vou emprehender nesta Casa para conquistar a estima de meus illustres e honrados collegas, o respeito e o

affecto de meus concidadãos, tenho a confiança, tenho a convicção de que hei de conseguir o triumpho e a victoria, cumprindo, como pretendo cumprir á risca, sem vacillações, sem temores, os meus deveres do republicano e brasileiro, nutrindo a esperanza de ser util á minha patria.

Educado, Sr. Presidente, como fui, desde os meus primeiros annos, nos Estados Unidos da America do Norte, respirando e fortalecendo meus pulmões naquella atmosphera oxygenada pela liberdade, eu não podia deixar de ser o que sou, o que sempre fui, um obscuro, é certo, mas um sincero e devotado soldado da Republica.

Peregrinando, como peregrinei, dias e mezes, pelas longas estradas e pelos invios atalhos que vão ter de Bunker Hill a Yorktown, na Virginia, estradas e atalhos percorridos outr'ora pelo exercito libertador, o que constituem, de um lado, a epopéa de luz e de gloria, de outro, a via sangrenta e dolorosa para a conquista da independencia daquelle povo, não podia deixar de render culto e homenagem, religioso respeito á memoria daquelle homem justo e sobrehumano que se chamou George Washington, daquelle Moysés que, á frente de um punhado de soldados patriotas, transformou, baptisou com seu proprio sangue, a terra de sua patria escravizada, na Chanaán da liberdade.

Era bem moço, quando pela primeira e ultima vez visitei Mount Vernon, residencia do grande apostolo da democracia ; quando me sentei á sombra de seus seculares castanheiros ; quando percorri os aposentos que habitara o grande Pae da Patria, o o quarto onde falleceu ; naquelle momento, Sr. Presidente, procurei evocar na memoria a scena final de sua existencia, o quadro final, os ultimos instantes de sua vida ; procurei ouvir a sua ultima palavra, a ultima phrase que lhe sahiu dos labios arroxeados pelas tintas lividas da morte, habituados entre tanto outr'ora ao commando—phrase piedosamente, religiosamente guardada, pelo coração e pelo affecto dos que rolevam o seu leito mortuario, para a posteridade : *Está bem.*

Foram estas, Sr. Presidente, as ultimas palavras pronunciadas pelo grande patriota, antes de cerrar os olhos á luz terrena.

Afigurou-se-me naquelle momento que aquellas palavras representavam um symbolo, significavam a satisfação e o contentamento que aquella grande alma devia sentir ao receber do supremo Creador a recompensa de seus feitos, descortinando-lhe o futuro, para que visse, antes de cerrar os olhos, nos derradeiros lampejos de vida — a arvore frondosa cuja semente fôra plantada pela espada rude e grosseira do guerreiro moribundo ; para que visse, emfim, no

futuro longinquo a grandeza da propria obra na grandeza e na prosperidade de sua patria ! (*Muito bem.*)

Foram estas, Sr. Presidente, as lições indeleveis que me ensinaram a fé e a crença na Republica. Sagrei-as, tendo nas mãos o gladio, a espada desse heróe, o instrumento que servira para libertar o grande povo ; e quando osculei aquella lamina, jurei que havia de ser um soldado republicano, que havia de trabalhar para a grandeza e prosperidade de minha patria.

Quem assim pensa, Sr. Presidente, quem tem atravessado toda a sua vida sem uma falha, sem um desfallecimento, sente, não ha duvida, pesadas nevoas de profunda tristeza, grandes preocupações em seu espirito, diante dos desfalques tão lamentavelmente frequentes nas nossas rendas publicas. Nem pôde deixar de sentir, em sua alma de patriota, justos temores sobre o futuro desta patria.

Por isso, nesta occasião, applaudo as palavras que ainda hontem ouvi neste recinto, do illustre Senador pelo Ceará, clamando contra a impunidade, clamando contra o falso resultado das urnas, contra os defraudadores do voto, contra esses portadores de procurações falsas que levam a descrença ao espirito do povo, que, afinal, não pôde separar os verdadeiros dos falsos patriotas.

O SR. FRANCISCO GLYCERIO—Muito bem.

O SR. ALFREDO ELLIS — Sr. Presidente, applaudi as palavras do illustre Senador pelo Ceará, que verberou com justa indignação e grande patriotismo as fraudes, violencias e roubos eleitoraes. Por outro lado não posso deixar de entristecer-me tambem quando vejo, repito, que perduram factos tão lamentavelmente frequentes de roubos e desfalques do patrimonio nacional.

E' verdade que os factos não são de hoje ; recordo-me perfeitamente de ter ouvido do Marechal Floriano Peixoto uma apreciação sobre o que estou alludindo neste momento. Acabava S.^a Ex. de receber minucioso relatório sobre contrabandos que se faziam nas fronteiras, sobre desfalques, sobre ruinosas arrecadações das rendas publicas, e S. Ex. então me affirmou que orçava em quantia superior a 15 mil contos os desfalques annuaes que o patrimonio nacional soffria em consequencia da má arrecadação e, contristado, abatido, observou : — « O imperio corrompeu este povo, viçou tanto a sua educação e o seu civismo que é com grande difficuldade que encontro pessoal capaz, idonio e de toda a confiança, para proceder á arrecadação e guarda dos dinheiros publicos ».

E' preciso, portanto — e é a invocação que faço — que se congreguem todos os espiritos patrioticos, que se reunam em um só pensa-

mento, em um só objectivo, tendente á grande obra de regeneração e do saneamento moral da Nação. (*Apoiados.*)

E' preciso que, para resistir aos grandes cataclysmos e perigos a que estão sujeitas todas as nações, os alicerces sejam de granito e que o grande edificio tenha por pilares mestres : a lei, a liberdade, a justiça e o direito.

Sr. Presidente, tomei perante a classe da lavoura o compromisso de defender seus interesses nesta Casa. Venho cumpri-lo.

Ella tem sido abandonada, tem sido esquecida; entretanto, moureja de sol a sol, e hoje a unica esperanza que lhe resta, no meio da tempestade que se desencadeou de 1896 para cá, diante da miseria que a desalenta, só lhe resta uma unica esperanza: é a de poder transmittir a seus filhos um tecto que os abrigue das intemperies, um solo regado pelo suor dos seus progenitores, um patrimonio que os garanta contra as necessidades da existencia.

E' por este motivo que vou mandar á Mesa um requerimento solicitando cópia das petições dirigidas ao Governo pelas companhias ferro-viarias, pedindo o augmento das tarifas e a concessão da tarifa movel.

Não ha justificativa para a tyrannia que as actuaes directorias estão exercendo sobre a classe agricola; esquecida, abandonada e em completa miseria.

Preciso dizer, Sr. Presidente, ao Senado, que cooperei outr'ora para a tarifa movel ; mas naquella época as circumstancias eram muito differentes das actuaes.

O cambio baixava, e quanto mais baixava o cambio mais papel-moeda recebia o lavrador pelo seu producto ; e, como nessa especie pagava o salario dos trabalhadores, o custeio do estabelecimento e dividas, a sua situação era prospera e folgada.

Outras, entretanto, eram as condições das companhias de transporte ; quanto mais baixava o cambio, mais triste era a sua situação, porque, forçadas a pagar em ouro e material que importavam, o carvão que consumiam, os juros dos compromissos exte-riores, nada ou quasi nada lhes sobrava para dividendos aos accionistas.

A situação era tão critica que entendi do meu dever auxiliá-las e pedir ao Governo que concedesse a tarifa movel, pelo menos, temporariamente, até que a situação financeira das mesmas melhorasse ; e o fiz.

Por este motivo, Sr. Presidente, creio que as mesmas companhias e seus directores devem comprehender a minha posição imparcial neste assumpto.

Outr'ora, a lavoura estava prospera e em crise as companhias de transporte. HOJE AS POSIÇÕES ESTÃO INVERTIDAS ; hoje, outras são as condições ; a lavoura está na miseria e as companhias em plena prosperidade.

Mas a prosperidade é tão grande que, além dos enormes dividendos, julgam-se ainda habilitadas a despendar milhares e milhares de contos, prolongando e internando as suas linhas, fazendo ramaes, *para não cobrarem fretes*, visto como puzeram, ha pouco tempo, em pratica — *como grande favor à lavoura* — a tarifa maxima de 1\$500 por 15 kilos para os pontos remotos — inflingindo gravissima injustiça aos que já pagavam aquelle frete e que demoram muito mais proximo da capital.

Os que tinham terras novas — que pouco ou quasi nada haviam custado — lavouras novas e, portanto, mais productivas, foram favorecidos; ao passo que os que possuiam fazendas antigas e haviam concorrido para a prosperidade e riqueza das companhias, desde a sua infancia, foram completamente sacrificados.

Sr. Presidente, quando conferenciei com o Sr. João Felipe Pereira, e lhe pedi que concedesse a tarifa movel ás companhias nacionaes — *nacionaes entenda-se bem* — já havia o Dr. Paula Souza concedido ás estradas mineiras e tambem já estava ella em vigor na Central do Brazil.

Recordo-me perfeitamente de haver dito — naquella occasião — ao mesmo Sr. João Felipe, que a concessão, solicitada para as empresas em crise no Estado de S. Paulo, DEVIA SER PROVISORIA.

Era um remedio passageiro para debellar uma crise que não podia tambem deixar de ser passageira.

Consta-me, entretanto, Sr. Presidente, que SS. EEx. concederam a tarifa movel sem limitação de tempo. Quer isso dizer que a tarifa movel durará *por toda a eternidade*—si o cambio não se mantiver a 27 dinheiros.

Pergunto eu : com que direito faziam os Ministros da Viação, ás companhias de transporte, semelhante concessão ?

Porventura foi ouvida a lavoura antes de serem lavrados semelhantes contractos ?

Consultaram SS. EEx., porventura, os interesses della quando a entregaram, *por toda a eternidade* — manietada e agrilhoadá — ás directorias das estradas de ferro ?

Entretanto, ha 10 annos que as companhias de transporte cobram a tarifa maxima — cobram *taxas ad valorem* — hoje que a sacca de café não alcança mais de 20\$ — como outr'ora que o lavrador a reputava por 80\$ e 100\$000.

O SR. FELICIANO PENNA dá um aparte.

O SR. FRANCISCO GLYCERIO — Este é que é o fim do requerimento.

O SR. ALFREDO ELLIS — Justamente ; é preciso que o paiz inteiro saiba que os Ministros de então transformaram a lavoura em Prometheo.

E' preciso que o paiz inteiro saiba que a lavoura de café está agrilhoadá á rocha do

desespero, roendo-lhe as entranhas a tarifa movel que lhe suga e absorve todo o lucro proveniente de seu trabalho e de seu esforço.

O SR. FRANCISCO GLYCERIO — Reduzida na renda bruta — *brutalmente!*

O SR. ALFREDO ELLIS — Não serão nullos, porventura, semelhantes contractos?

Sr. Presidente, ninguem produz sem esperança de lucro!

Ninguem trabalha sem esperança de remuneração!

Não ha no mundo um só lavrador que se anime a trabalhar e a produzir, certo de ser forçado a entregar 30 % do valor do seu producto a uma empresa de transporte, para que esta o leve ao mercado.

O lavrador paulista soffreu uma redução equivalente a 75 % do valor do seu producto; as estradas de ferro cobram, entretanto, apesar desse enorme desfalquo, e *continuarão a cobrar sem duvida*, as mesmas taxas, fazendo apenas, de quando em quando, ridiculas e mesquinhas modificações.

Reclamavam, quando pediam a concessão, que o carvão de pedra lhes custava sommas enormes. Pois bem; hoje não queimam mais carvão e nem importam material porque estão perfeitamente aparelhadas.

Emquanto o misero lavrador se priva do necessario—fazem ellas administração sumptuaria e ostentosa.

Façamos um pequeno calculo.

Qualquer companhia de navegação carrega uma sacca de café, de Santos a Londres, por 1\$200. A distancia é de doze mil e tantos kilometros. As ferro-vias de São Paulo cobram 6\$ para transportar a mesma sacca, fazendo apenas o percurso de 300 kilometros.

Quer dizer que cobram QUATRO VEZES MAIS por um percurso QUARENTA VEZES MENOR !

E' incrivel, Sr. Presidente, o que acabo de dizer; entretanto, lança-se sobre a pobre lavoura a pécha, como si fôra um crime, de ter plantado café demais.

Accusam-n'a por não ter feito polycultura; — e portanto, a responsabilidade da crise sobre ella exclusivamente recae.

Mas, pergunto eu, Sr. Presidente, o que havia a lavoura de fazer ?

Si plantou café foi porque entendeu que era o unico producto que, por suas condições especialissimas, podia supportar tão desabusados, tão oppressivos fretes.

Sr. Presidente, ficassem sujeitas ás taxas de transporte que paga o lavrador paulista as enormes riquezas florestal, cerealifera, metallurgica, industrial e carbonifera, dos Estados Unidos do Norte, e aquelle paiz riquissimo, estaria tão pobre como nós !

A California, Sr. Presidente, seria um ormo; as suas jazidas auríferas estariam intactas; o alvião do mineiro não teria arran-

cado da rocha uma só lasca, um pequenino bloco, porque o ouro não supportaria o frete de 30 % para o seu transporte.

Entretanto, que é que vemos?

A California transformada em vasto jardim, apesar da enorme distancia dos principais mercados, transformada de modo que quatro productos seus — a uva, a laranja, o morango e a maçã, dão-lhe mais dinheiro, e o seu valor é superior a toda a exportação do Brazil inteiro.

E essa exportação é feita atravez de uma distancia superior a *seis mil kilometros*, tendo a estrada de ferro de subir e descer a cordilheira das montanhas rochosas.

A exportação de fructas destina-se a Nova York, Chicago, Philadelphia, Baltimore e Boston.

O lavrador americano plantando fructos — á distancia de 1.000 leguas dos mercados — enriquece e vive feliz, ao passo que aqui o lavrador plantando café 50 leguas da Capital vive na miseria, e terá de legar a miseria a seus filhos, apesar do café ser um producto que requer zona especial, apesar de ser um producto precioso, porque de cada tres safras forçosamente terá de entregar uma para pagar o transporte das tres.

E para esta tyrannia, para este despotismo, não ha esperanza porque dizem que os contractos são eternos !

Ah ! Sr. Presidente, para o negro, para o escravo outr'ora havia a longinqua esperança de resurreição para a liberdade ; entretanto, para o misero lavrador, para o desherdado da sorte, para o indigente de hoje, não ha, nessa longa noite polar, povoada lugubrememente de pezadellos, sobre o futuro da familia e da prole — não ha quem divise na fimbria do horizonte a menor restea de luz que lhe annuncie a aurora da regeneração ! (*Muito bem*).

A palavra magica, o segredo, a chave do desenvolvimento assombroso e da prodigiosa riqueza dos Estados Unidos, é o frete baixo, fluvial e ferro-viario.

Os fretes ferro-viarios, quer na Europa, quer nos Estados Unidos, representam hoje *um vigesimo do que eram outr'ora*, quando os transportes se faziam pelas antigas estradas de rodagem.

Entre nós isso é um mytho !

Até parece fabula ! As tropas antigas podiam decentemente, victoriosamente, fazer concorrência ás nossas estradas de ferro.

E... apesar disso, aconselham ao empobrecido lavrador que faça polycultura !

E' um escarneo !

Pois, si o café que requer zona, terra e clima especiaes, que devia até, si tivessemos iniciativa e previdencia, constituir monopolio nosso—não póde supportar tão pesados encargos, como pretendemos fazer polycultura ?

Não ha polycultura sem grandes mercados e sem baixas tarifas.

Já me tenho alongado por demais, Sr. Presidente; e devo confessar ao Senado que é, fazendo violencia aos meus sentimentos affectivos, que venho apprehender esta campanha, em pròl dos que soffrem, em prol dos que não protestaram quando outra era a situação, em prol emfim, dos que estão na miséria, *porque trabalharam demais!* (*Muita-bem*).

Sim, senhores, porque a crise que atravessamos é consequencia da superprodução e si assim é, o excesso de tráfego—*mesma sem a tarifa movel*—devia compensar amplamente e produzir accrescimo de renda para as empresas de transporte.

Justo seria, portanto, que abrissem mão de semelhante tarifa, *pelo menos durante a crise*.

Justo seria, portanto, que os poderes publicos ouvissem os gemidos e os protestos da lavoura; justo seria que vissem os seus soffrimentos.

Considero o Senado e Camara dos Deputados como grandes espelhos onde os soffrimentos e as grandes dores do povo devem fielmente reflectir, e é, no cumprimento de um dever, que reproduzo desta tribuna as amarguras da classe a que tenho a honra de pertencer.

Ha, Sr. Presidente, um phenomeno physico vulgar e muito conhecido que traduz

o meu pensamento e corporifica a situação actual.

Nas noites hybernaes, nota-se ao amanhecer, nos vidros e nos crystaes, pontos de condensação de humidade que, reunindo-se uns aos outros, escorrem como lagrimas!

Pois bem, Sr. Presidente, o Senado e a Camara dos Deputados devem ser os grandes crystaes—os condensadores das lagrimas do povo — das lagrimas das classes que soffrem!...

O SR. HENRIQUE COUTINHO—Muito bem.

O SR. ALFREDO ELLIS—... porque o calor do patriotismo deve ser mais intenso aqui e la e, sendo mais intenso, deve enxugar essas lagrimas e mais promptamente mitigar os soffrimentos e as dores que as arrancaram!...

Fazendo, como disse ha pouco, violencia aos meus sentimentos pessoaes porque tenho, nas directorias dessas companhias, amigos dedicados, reconhecendo em todos, cidadãos de grandes meritos, de elevadas virtudes e qualidades, cidadãos eminentissimos emfim, só o cumprimento do dever me forçaria a emprehender esta campanha, collocando acima desses sentimentos, acima de tudo, o desempenho do compromisso que assumi.

Continuarei, pois, a clamar para que sejam annullados os contractos de tarifa moveel — pedindo, solicitando dos eminentes paulistas que fazem parte das directorias das duas estradas Paulista e Mogyana, que procedam

agora que são prosperas as empresas que dirigem—para com a lavoura, do mesmo modo, com a mesma generosidade, com que esta procedeu para com ellas, ha 10 annos, quando estava em condições folgadas e prosperas.

Os dividendos, reformas, construcção de ramaes, e as grandes quantias destinadas aos fundos de reserva attestam a prosperidade e pujança das estradas do meu Estado.

E affirmo isso porque tenho aqui a chave dos segredos.

E' o importantissimo relatorio da Inspectoria de Estradas de Ferro pelo engenheiro ajudante Dr. Clodomiro Pereira da Silva, intitulado *Reforma de Tarifas*.

As companhias distribuem dividendos de 12 %; mas, segundo este relatorio teem chegado a retirar renda superior a 25 % e 30 %.

O SR. FRANCISCO GLYCERIO—Lançam tudo o mais á conta do fundo especial.

O SR. ALFREDO ELLIS — Sim, senhores, que as companhias tosquiem a ovelha, ninguém lhes leva a mal; mas que não a matem... e que tenham a comprehensão nítida...

O SR. FELICIANO PENNA— Do seu proprio interesse.

O SR. ALFREDO ELLIS —... do seu proprio interesse, que reconheçam, emfim, que as estradas de ferro foram inventadas para

servir o publico, para dar escoamento, fazer o transporte, mediante tarifas racionaes, da producção do paiz, e que os cafesaes e a lavoura não foram feitos para dar, exclusivamente, desproporcionados dividendos aos seus accionistas.

A crise, seja dito de passagem, ainda não attingiu ás emprezas de transporte e aos colonos.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, lanço, do alto desta tribuna, um appello ás dignas directorias das estradas de ferro de S. Paulo, pedindo-lhes que, agora que são tão prosperas as suas condições financeiras, abram mão —ao menos provisoriamente— da tarifa movel, voltando, enquanto perdurar a crise e enquanto estiver desvalorizado o café, ás antigas taxas.

Invoco o seu patriotismo e serei dos primeiros a proclamar a sua benemerencia e a applaudir o grande e generoso acto, si for, porventura, praticado ; e o real serviço que, assim procedendo, prestarão á lavoura, ao Estado e á Republica ! *(Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado por seus collegas.*

REQUERIMENTO

Requeiro á Mesa do Senado que requisite do Governo cópia dos requerimentos ou petições ao mesmo dirigidas, quando Ministros

da Viação os Drs. Paula Souza e João Felipe Pereira, pelas companhias — Paulista, Mogyana e *S. Paulo Railway*, solicitando o augmento de tarifas e concessão da tarifa movel, e, outrosim, cópia dos contractos.

Sala das sessões, 20 de junho de 1903.—
Alfredo Ellis.

Discurso pronunciado na sessão de 1 de julho de 1903

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, antes de adduzir as considerações, que pretendo fazer para fundamentar o projecto que vou ter a honra de submeter á consideração do Senado, permittir-me-ha V. Ex. que ainda reitere o pedido que fiz, por intermedio da Mesa, ao Governo, solicitando cópia dos contractos feitos, ha 10 annos, com as companhias de estradas de ferro de S. Paulo.

E... si o faço neste momento, é porque tive conhecimento de estarem as ditas companhias, depois de longo prazo e de instantes reclamações do governo do Estado, dispostas a fazer *pequeninas e ridiculas* concessões á lavoura de S. Paulo, em materia de fretes e taxas ferro-viarias, insignificantisimas reduções, MISERRIMA ESMOLA á lavoura agonisante do Estado, *mediante a exigencia formal e categorica da unificação dos seus contractos com o Governo.*

Sr. Presidente, estas companhias teem varios trechos de concessão federal, outros

de concessão estadual, e, finalmente, alguns, construídos no regimen da livre concorrência, isto é, sem privilegios e sem garantias de dividendos, conforme preceitua a Constituição promulgada em S. Paulo e em vigor actualmente.

A unificação significa equiparação dos trechos que foram construídos sem privilegios aos que gozam das garantias, offerecidas outrora pelo governo geral e provincial, para os effeitos de elevação de tarifas para a percepção de dividendos até o maximo de 12 % durante quatro semestres consecutivos.

Não ha cabimento — absolutamente — não ha razão, quer de ordem jurídica, quer de ordem economica, que justifique tão estranha, tão abusiva e tão odiosa exigencia.

Em primeiro logar, Sr. Presidente, chamo a attenção do Senado para este ponto, que é capital, que é importantissimo — **NENHUMA DAS COMPANHIAS NACIONAES TEM O SEU CAPITAL DEFINIDO.**

Do alto desta tribuna, declaro ao paiz inteiro — chamando para esta declaração a attenção do Governo — *por ser gravissima e denunciadora de grandes illegalidades e abusos:* — que o capital das estradas é ficticio, não é real !!!

A somma sobre a qual cobram, e por longos annos teem cobrado, a taxa de 12 % não foi gasta na construcção das referidas estradas.

E' sobre um capital imaginario — conforme demonstrarei — que arrecadam e distribuem rendas muitissimo superiores ás que tinham direito em face dos seus antigos contractos.

Nunca fizeram redução — não obstante o excessivo augmento das rendas—em virtude destas serem superiores ás estipuladas nos seus contractos.

Si tivessees autoridade, aconselharia ao patriotico governo do meu Estado a que não accedesse á despotica, á gananciosa exigencia que lhes fazem as companhias que tão deshumanas e crueis teem sido com a pobre lavoura, infelizmente dellas dependente e por ellas condemnada a trabalhos forçados para o augmento de suas rendas—resgate de seus erros—e grande prosperidade.

« Dar grandes dividendos com pouco trabalho »—é o lemma progressista das actuaes directorias de estradas de ferro de S. Paulo!

Si tivessees autoridade, aconselharia tambem á lavoura a que não se submettesse:—que não acceitasse a mesquinha esmola com que querem mimoseal-a para tapar-lhe a bocca—suffocando-lhe os gemidos e os gritos de desespero !

Para provar o meu asserto, para demonstrar a veracidade das minhas accusações—ha poucos dias feitas desta tribuna—tenho em mãos o relatorio da Companhia Paulista de Vias Ferreas Fluviaes, publicado no *Cor-*

reio Paulistano de 29 de junho e correspondente ao anno findo.

Os depoimentos são valiosissimos, porque são da parte interessada—são da propria companhia.

Ella vaê fallar!!!

A renda apurada foi de 24.972:979\$117.

A despesa montou em 11.303:315\$242, e o SALDO LIQUIDO a 13.669:483\$875, que, accrescido dos lucros do anno anterior, no valor de 4.489:102\$060, attinge á enorme somma de 18.158:585\$925.

Sr. Presidente, é a propria companhia que nos diz que: para pagamento de juros destinou 2.600:498\$590—para fundo de amortização do custo da Estrada Rio Claro—*erro estupendo que a lavoura innocente está pagando e ha de pagar*—1.886:682\$547; para dividendos de 12 % aos seus accionistas—8.360:894\$400; para impostos—292:631\$300; para abatimento no custo da linha fluvial do Mogy Guassú—*outro erro estupendo que custou milhares de contos á lavoura, condemnada pela fatalidade da sorte a pagar todos os desatinos*, 900:000\$000; para fundo de reserva—100:000\$000; lucros emfim que passam para o semestre seguinte e que ficam em caixa—4.017:888\$088. Si essa quantia fosse distribuida aos accionistas, os dividendos, depois de satisfeitos todos os compromissos, amortisações, etc., etc., attingiriam a 18 % .

Sr. Presidente, esta enorme riqueza, esta enorme prosperidade, contrastam singularmente com a enorme miseria, com a enorme pobreza da lavoura !

A riqueza das industrias de transporte está na razão inversa da miseria da lavoura !

Esta empobrece — PRODUZINDO — ao passo que as outras enriquecem — CONDUZINDO o que ella produz.

Neste paiz vale mais a pena ser *carregador* do que ser *productor* !

E' um paiz condemnado, si semelhante absurdo e anomalia não fôr corrigido. Ao passo que nenhum estabelecimento agricola, per mais prospero que seja, produz o bastante para dar 3 ou 4 % ao seu proprietario, as estradas de ferro podem distribuir, conforme demonstramos, 18 % sobre um capital ficticio *extraordinariamente e illegalmente*, note-se bem, accrescido pelo desdobramento de acções e differenças de cambio levadas á conta do capital.

E' por tudo isso que acabo de referir ao Senado, que reitereo o pedido que fiz ha dias ao Governo, solicitando cópias dos contractos feitos com essas companhias, porque acredito que são nullos os mesmos contractos e devem por isso ser rescindidos quanto antes.

E' preciso que o paiz inteiro saiba que as estradas de ferro, sendo, como são em toda a parte do mundo, appparelhos de progresso,

e instrumentos de riqueza e desenvolvimento da Nação, entre nós representam mecanismos de sucção e machinas de tortura inquisitorial.

SERVEM À LAVOURA *como a corda ao enforcado*. Apressam a morte !

Sr. Presidente, terminadas as considerações que pretendia fazer ao subir a tribuna, vou entrar propriamente no assumpto do projecto que vou apresentar á consideração, á deliberação esclarecida do Senado.

Si não ha, Sr. Presidente, um só brasileiro que, se interressando medianamente pelos negocios publicos, desconheça a miserrima situação actual, devida á crise economica que atrayessamos, muito menos devem desconhecer a aquelles sobre cujos hombros pesa a enorme responsabilidade da direcção e administração do paiz.

Todos sabem — todos sentem — que a baixa dos nossos principaes productos está acarretando a miseria geral !!!

UMA Voz — Apoiado.

O SR. ALFREDO ELLIS — De facto, não ha um só paiz do mundo que possa por longos annos, indefinidamente, supportar a sangria que temos supportado desde 1896 até hoje.

A baixa do café, que é, como todos sabem, o nosso principal producto, acarreta um prejuizo que reputo não inferior a 15 ou 20 milhões esterlinos actualmente.

O Estado de S. Paulo procurou estancar a mortifera sangria ; mas, como sabe o Senado, o Estado de S. Paulo não é o unico e exclusivo productor de café.

Outros Estados ha que tambem o produzem e naturalmente todos comprehendem a extrema necessidade, si algo se quer fazer de util, de aproveitavel e benefico neste assumpto—de haver nas deliberações uma certa unidade de vistas, uma certa unidade de acção.

O Estado que tenho a honra de representar convocou extraordinariamente o seu Congresso, para resolver o problema, que é capital, e aquella illustrada corporação, tendo em vista que a causa principal da baixa era a superprodução, tratou de adoptar medidas indirectas; mas, naturalmente indicadas para combater e debellar a causa que dera origem á crise.

Ora, Sr. Presidente, si a baixa de preços era devida á superprodução, claro estava que a principal medida—o remedio urgente—a aconselhar e a ser adoptada era a *diminuição da producção*.

Foi assim pensando que—muito acertadamente—aquelle Congresso adoptou a disposição que limitava, pelo prazo de cinco annos, as plantações de café.

Não sendo, porém, semelhante medida de effeitos promptos e immediatos, resolveram adoptar outra, creando um imposto prohi-

bitivo sobre as qualidades e typos baixos, no duplo intuito de melhorar a qualidade do producto, o typo do nosso café no estrangeiro, diminuindo, por outro lado, o volume, o excesso da exportação.

Mas, Sr. Presidente, claro estava que esta deliberação legislativa só podia vigorar e ser posta em execução, si houvesse accordo com os outros Estados productores.

Infelizmente, esta medida tão importante e de tanto alcance para o fim em vista, segundo acaba de declarar o governo de São Paulo, não poderá ser executada, porque o Estado de Minas Geraes resolveu não adoptar o mesmo typo de café que deveria ser taxado no Estado de S. Paulo.

Burlados assim o intuito e o patriotico pensamento do governo do Estado de S. Paulo, claro é que precisamos evidentemente adoptar outras medidas—outros planos—si pretendemos evitar o despenhadeiro que, segundo penso, não está longe, antes bem perto, bem proximo de nós.

Sr. Presidente, devo dizer, e é conveniente que declare neste logar, que esta questão não interessa—como a muitos póde se afigurar—sómente, *exclusivamente*, ao Estado de S. Paulo, interessa a todos os Estados productores de café.

A questão é mais alta, mais importante; o assumpto mais grave, porque interessa á propria União.

Trata-se do principal producto de exportação do Brazil, e, si, porventura, não fosse o café—um monopolio natural nosso—si se tratasse de um producto commum a todas as zonas e climas, como, por exemplo, o trigo, o milho, o arroz, o fumo ou a vinha, o problema seria outro.

A solução consistiria em produzir pelo minimo para vencer os nossos concurrentes. Haja vista o que se está dando com o assucar, presentemente.

O assucar de beterraba expelliu dos mercados europees o assucar de canna, porque pelos progressos scientificos da chimica agricola e da mecanica applicada, conseguiram extrahir da beterraba—muito menos rica em principios saccarinos do que a canna—por preço infimo, uma porcentagem tal de assucar, que a canna não dá empregando-se os processos em uso entre nós. Dahi a victoria da beterraba!

E' tão baixo o preço do assucar de beterraba, que o da canna não póde competir.

Isso, porém, não se dá com o café; é um producto especial que, assim como a bor-racha, deve ser considerado monopolio nosso.

Como acabei de dizer, Sr. Presidente, ha pouco, a questão não interessa só ao Estado de S. Paulo; — mas á União tambem, e isto é que é preciso que fique bem claro, bem evidente, porque todos lucram com esse

producto—como outr'ora—menos o productor, o Estado e a União.

Examinemos este ponto: — o colono até ha pouco — antes da redução dos salarios — ganhava o mesmo que outr'ora, quando o café era vendido por preços altos—por quatro libras esterlinas a sacca.

Os accionistas e empregados nas empresas de transporte, como acabei de demonstrar, percebem os mesmos dividendos e remunerações que percebiam quando a situação era prospera.

Os commissarios, o pessoal todo empregado no transporte, acondicionamento e venda do café, continuam a perceber as mesmas taxas e lucros. Só o productor perdeu e o Estado tambem, pois que, recebendo 11 % *ad valorem* sobre a exportação, a sua renda baixa extraordinariamente, porque o valor do café diminuiu 75 %.

O excesso da producção não compensa a desvalorisação do producto.

Perde afinal a União, porque deixa de receber os milhões esterlinos que receberia, si o valor do café fosse igual ou approximado do que era outr'ora.

No nosso balanço commercial essa differença é muito sensivel.

Para cumulo de infelicidade, nem siquer resta ao productor do café o consolo, a esperanza de, com os sacrificios actuaes, poder conseguir o augmento de consumo, ainda que lento e tardio.

Sim, porque o café continúa a ser vendido e o consumidor a pagal-o pelo mesmo preço por que o fazia outr'ora.

Quer isso dizer que a baixa actual do genero não fará augmentar sensivelmente o consumo.

Para onde vae então a differença — é o caso de se perguntar — qual o alçapão por onde se somem os milhões esterlinos que deixamos de receber e que, não obstante, os consumidores continuam a pagar ?!

Para os bolsos dos torradores americanos, que, com suas vastas installações, e com a cumplicidade dos mercados do Havre e de Hamburgo, deprimem o mercado para obter a materia prima para os seus grandes estabelecimentos de torração.

Chegam a enviar circulares, como uma que vi assignada por Crossmann & Brothers, de Nova York, declarando petulantemente que, continuarão a impor os preços baixos, suffcientes apenas para cobrir os gastos de producção, porque os brazileiros, sendo, como são, oriundos de uma raça, como a portugueza, forte e de grande capacidade para o trabalho, não tinham, entretanto, grande capacidade intellectual.

Além de nos empobrecerem — escarnecem de nós !...

E' a affirmação positiva e brutal de não possuirmos conhecimentos commerciaes e nem o capital preciso para defender um pro-

ducto que é, incontestavelmente, monopolio nosso e só nosso.

O facto é, Sr. Presidente, que, em relação a qualquer outro producto a não ser o café, inutil seria a resistencia.

Melhor seria que continuassem as cousas por esta fôrma, até que diminuíssem e desaparecessem os *stocks* existentes.

Isto, porém, não passa de desculpa frivola e sem a menor base, porque o *stock* actual é menor de dous milhões de saccas do que era ha um anno, continuando, apesar disso, a baixa progressiva dos preços.

E nem pôde deixar de assim ser, visto o modo por que é entregue o café ao mercado, ao commercio.

A principal causa da desvalorização do precioso producto é a nossa fraqueza, a nossa impotencia para defendel-o !

Os exportadores descobriram a falha da nossa organização agricola e... aproveitaram-se della, com sagacidade, para nos reduzirem á triste condição de servcs da gleba, de verdadeiros escravos.

Os lavradores de café immobilizaram não só o capital de que dispunham, como tambem o credito, augmentando as suas plantações.

Não cogitaram e nem tiveram a previdencia de pôr de parte a somma precisa para os pagamentos de salarios dos trabalhadores.

Vinhamos da escravidão ; tínhamos o trabalhador gratuito, não nos lembrámos de

que, com o trabalho livre, indispensavel era uma reserva para o custeio dispendioso dos estabelecimentos.

Descoberta a falha, o vicio da nossa organização agricola, trataram os exportadores americanos, como já disse, de aproveitall-a em seu beneficio.

O lavrador tinha necessidade urgente de dinheiro para os salarios de seus trabalhadores, e os commissarios não dispunham das sommas precisas, e que são importantes, para o custeio de tão grande numero de estabelecimentos.

Fizeram um *stock*, uma *represa* de fôrma a não serem obrigados a entrar por alguns mezes no mercado.

O plano é de uma simplicidade extraordinaria, mas deu o resultado que esperavam, porque o commissario não dispunha de recursos de capital, precisando, entretanto, o lavrador vender o seu producto para fazer numerario, para fazer dinheiro para o custeio das fazendas.

Dessa urgencia, dessa pressa, desse atropelo, em vender o café, fosse pelo preço que fosse, tornou-se a offerta muito superior á procura e dahi a imposição de preços que, cada vez, e de dia a dia, mais baixam, porque as necessidades crescem e a miseria augmenta progressivamente.

E' por este motivo que o café baixa—apezar do *stock* ser hoje menor do que era ha um anno.

Estamos hoje mais pobres e por isso mesmo mais incapazes de resistencia.

O café continuará a baixar, e infallivelmente seremos aniquilados, si não forem tomadas providencias energicas e adequadas.

Não ha tempo a perder !. .

Sr. Presidente, não pôde ser indifferente ao paiz uma questão como esta, de tão grande, de tão vital importancia.

Não pôde ser indifferente ao honrado Presidente da Republica, tanto que em sua mensagem assignalou o facto e apontou criteriosamente o remedio.

E' preciso que algo se faça para a defesa do nosso principal, quasi unico producto de exportação—é preciso que algo se faça para remediar a situação actual, mesmo porque não se pôde deixar de estabelecer um confronto e o contraste entre os governos passados, que nada fizeram para evitar que chegassemos á posição miserrima e triste em que estamos, ao passo que tudo sacrificaram para salvar o Banco da Republica.

Para salvar o Banco da Republica, envolvido e compromettido no jogo da bolsa, o Congresso Nacional decretou um auxilio de 100.000:000\$ de *bonus* ; para salvar o Banco da Republica, o Governo passado concedeu a emissão de 120.000:000\$ de inscrições, que outra cousa não eram sinão papel moeda—todos os sacrificios, emprestimos, concessões, perdões de divida e até o credito do paiz !

Tudo, tudo foi pouco para salvar da ruina aquelle instituto de credito; entretanto, para a lavoura, que é a grande creadora desse credito, para a lavoura, que é a classe que mais contribue para a prosperidade, para a riqueza e grandeza do paiz,—NADA. ABSOLUTAMENTE NADA SE TEM FEITO!!!...

Por esse motivo entendi, Sr. Presidente, que devia apresentar, nesta Casa, o projecto que vou ler e remetter á Mesa.

Tenho a convicção de que poderá resolver a situação critica que atravessamos, confluindo a sua execução ao criterio do honrado e illustre Sr. Presidente da Republica. (*Muito bem, muito bem; o orador é cumprimentado.*)

O projecto é o seguinte:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a promover, de accordo com os Estados produtores, com capitaes nacionaes ou estrangeiros, os meios de defender e valorizar o café.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a fazer as operações de credito necessarias para a execução da presente lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 1 de julho de 1903. — *Alfredo Ellis.*

Discurso pronunciado na sessão de 22 de julho de 1903

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, apesar do grande interesse que, perante o Poder Executivo, despertou o requerimento que fiz, em meados de junho, á Mesa do Senado, pedindo a cópia dos contractos feitos, ha 10 annos, com as companhias ferro-viarias de S. Paulo, concedendo-lhes a tarifa movei; apesar desse interesse, Sr. Presidente, até hoje esses documentos importantissimos, cujas cópias pedi ao Governo, não vieram, e nem sei quando me chegarão ás mãos.

Não posso nem devo suppor, Sr. Presidente, que a Secretaria da Viação não os tenha, porque, tratando-se, como se trata, de documentos de alta valia e importancia, que hoje representam para a lavoura do meu Estado verdadeira carta de escravidão, não podiam desaparecer da respectiva secretaria, onde devem ficar archivados todos os contractos, documentos e papeis a ella referentes e subordinados, presidindo a esse trabalho a maxima fidelidade, methodo e sollicitude.

Não é, nem pôde ser considerado como tal, uma censura que faço ao Governo actual, nem ao passado; entretanto, não deixa de me causar grande tristeza e magoa o facto de tão prolongada demora, porquanto todos nós sabemos que, tratando-se de uma questão de tão vital e momentosa importancia e gravidade, um dia, uma semana, um mez de retardamento na solução do problema importa gravissimos prejuizos para a classe que trabalha, para a classe que soffre.

Por duas vezes já occupei, Sr. Presidente, a tribuna do Senado, pensando ingenuamente que poderia, por meio de solicitações, argumentos ou phrases, convencer ou suggestionar as directorias das empresas de estradas de ferro do meu Estado, abrindo-lhes os olhos aos seus proprios interesses, ás suas grandes conveniencias; ancioso por ver resolvida uma questão que tanto interessa o Estado de S. Paulo, com criterio, calma e sensatez, não entregando a sua final solução aos sentimentos de revolta contra a oppressão, de desespero contra a tyrannia!

As cousas não podem continuar no pé em que estão!

E... declaro do alto desta tribuna, para evitar responsabilidades, *que não ha tempo a perder!*

Ou as directorias supprimem—já e já— a tarifa movel—espontanea e livremente; ou serão, por força das circumstancias e inci-

dencia de graves acontecimentos, *obrigados* a fazel-o, talvez quando impossivel seja oppor-se uma barreira á onda avassaladora de odios e de revolta, que, de dia a dia, cresce e se avoluma no seio das populações assoladas pela mais iniqua das explorações, pela mais gananciosa das especulações!

A tarefa a que me propuz é pesada; mas não me faltarão forças, nem patriotismo para leval-a a cabo.

Outr'ora, o productor paulista pagava 6\$ pelo transporte de uma sacca de café, em um percurso de 300 kilometros: podia supportar essa tarifa pesadissima, porque a sua mercadoria alcançava um preço que variava de 80\$ a 100\$000.

Quer isso dizer que o froto representava apenas a porcentagem de 6 a 8 % do valor do producto; ao passo que hoje, não alcançando uma sacca de café preço superior a 20\$, cobram, entretanto, as estradas de ferro mais de 5\$ (*depois das ultimas reduções, porque antes cobravam 6\$*) o que representa porcentagem superior a 25 % do valor do pobre e desgraçado café!!!

Não se convencerão, porventura, os Srs. directores que ninguem produz sem esperança de lucro, ainda que pequeno, mesquinho e insignificante?!...

Que futuro esperam para as empresas que dirigem, si absorvem, impiedosamente, todo o lucro, todo o suor do productor?

Quando lhes cahirá a venda dos olhos, quando se compenetrarão de tão singela quão luminosa verdade?

Sr. Presidente, não disse, em outras vezes que occupei a tribuna do Senado, mas digo-o agora :—AS ESTRADAS DE FERRO DE S. PAULO SÃO AS MAIS ONEROSAS DO MUNDO INTEIRO, e disse tenho as provas aqui deante de mim. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, a minha posição é bem difficil neste assumpto...

O SR. HENRIQUE COUTINHO — Mas muito sympathica e sobretudo patriotica.

O SR. ALFREDO ELLIS— ...porque tenho nessas empresas amigos dedicados, aos quaes rendo, a par da amizade que lhes consagro, verdadeiro culto e homenagem, respeito e a maxima consideração, por suas virtudes e character.

Vejo-me, entretanto, Sr. Presidente, forçado a proseguir na luta e a continuar esta campanha, declarando, desde já, debaixo do mais solemne compromisso, que, enquanto occupar uma cadeira neste recinto, não cessarei de lutar, convencido, como estou, de que, fazendo-o, desempenho o mais nobre e elevado dever de paulista e de brasileiro!

E' impossivel o nosso progresso porque estamos, e temos vivido até hoje, em um circulo vicioso :—as estradas de ferro não se prolongam para o interior porque não ha cargas; as povoações do interior não pros-

peram, não se desenvolvem porque não teem, não dispõem de estradas de ferro que lhes transportem os productos.

UMA VOZ—Apoiado.

O SR. RAMIRO BARCELLOS— ... e onde teem, o frete mata a carga !

O SR. ALFREDO ELLIS—A maior desgraça para este paiz consiste nisto :—quando se estabeleceram as primeiras estradas de ferro e firmaram-se os primitivos contractos, cogitou-se exclusivamente de tomar como base das tarifas o café.

Ora, como todo o mundo sabe, o café era um producto privilegiado, que requeria zona especial e, por esse facto, alcançava cotação elevada, podendo supportar, naquella época, tarifa também especial; hoje, porém, que o infeliz—alvo da mais feroz das especulações—vale menos que o arroz, milho e feijão, ainda o sobrecarregam com as mesmas taxas que, sendo, como são prohibitivas, ameaçam a existencia da propria cultura.

Enquanto a lavoura do café se estendia e prosperava, produzindo lucros fazeis e avultados ás emprezas ferro-viarias, não cogitaram estas absolutamente do transporte de outros productos que nada valiam, comparados á preciosa rubiacca, bastando-lhes só o café para o resgate de erros colossaes e dos maiores desatinos que se teem praticado no mundo em relação á industria de transportes.

Desejaria, occupando a tribuna do Senado sobre tão relevante assumpto, tomar por lemma aquelle significativo distico latino *Fortiter in re suaviter in forma* — mas, como seguil-o, si aos meus ouvidos soam os echos dolorosos das queixas e das pungentes angustias da layoura? Como seguil-o, si deante dos olhos tenho a visão aterradora da agonia de uma classe inteira de trabalhadores? !...

Sim, Sr. Presidente, si se levantassem de todos os cantos do Brazil, si surgissem das nossas necropoles os antigos paulistas, os heroicos bandeirantes de outr'ora, veriam com orgulho que seus filhos não degeneraram, conservando, rigidos e altivos, como si fôra uma religião, as antigas tradições de heroismo na luta, e de constancia na adversidade !

E veriam tambem que, si foram vencidos, o foram pela propria energia—pelo excesso de trabalho, que produziu a superprodução.

E' facto unico, é facto virgem talvez no mundo, o de um paiz reduzido á pobreza porque trabalhou de mais !

Desejaria, Sr. Presidente, discutindo a questão, só empregar termos brandos e serenos, em relação ao pessoal das diversas directorias.

Procurarei fazel-o, pedindo desculpas, entretanto, si, porventura, na tribuna, um ou outro arrastamento, um ou outro deslum-

bramento fazer com que seja mais severo no julgamento dos actos praticados por essas directorias.

Sr. Presidente, quando as companhias, ha 10 annos, requereram a tarifa movel, já arrecadavam, com largueza, renda de 12 % do capital que haviam effectivamente gasto nas construcções de suas linhas.

Portanto, quando vieram solicitar do Governo do então as referidas concessões, fizeram-no *scientes e conscientes* de que não tinham direito a ellas, porque, *ex-vi* dos seus contractos, assignados no tempo do imperio, e da antiga provincia do S. Paulo, não podiam, sem revisão de tarifas, retirar mais de 12 % de dividendos durante quatro semestres consecutivos.

Apezar de auferirem essas vantagens, correspondentes ao capital empregado o amplamente remunerado, solicitaram a tarifa movel.

Vamos recapitular e discutir os fundamentos que serviram para instruir os pedidos :

— declararam que precisavam para a sua manutenção e vida—da tarifa movel—porque, em primeiro lugar, não podiam, com o cambio baixo, comprar o carvão necessario para o seu trafego ;

— declararam mais que, com a baixa taxa cambial, não podiam comprar o material que precisavam importar para esse mesmo trafego ;

—declararam mais que, estando a lavoura em condições muito prosperas, disputava os trabalhadores, forçando-as ao pagamento de salarios altos—facto esse que sobrecarregava o custeio das linhas—prejudicando-as enormemente ;

—declararam, finalmente, que, como o cambio baixava, o café subia, recobendo, portanto, os lavradores maior quantidade do papel-moeda ; ao passo que as companhias tinham de sacrificar a sua renda para a aquisição do ouro necessario aos seus pagamentos externos, que eram avultados.

Afirmaram ao Governo que os lavradores estavam em optimas condições financeiras, porque recebiam pelo seu producto preços elevados em moeda-papel, e como, nessa especie, solviam suas dividas, pagavam seus trabalhadores e faziam o custeio das fazendas, supportariam, sem protesto, a sobrecarga dos fretes da tarifa movel.

Foram estes os fundamentos allegados.

Vamos agora analysar si eram reaes ou sophisticos, si empregaram ou não a fraude quando solicitaram da boa fé do Governo semelhante medida.

Affirmo que sim ! Sr. Presidente, a primeira verba, a mais importante, a mais dispendiosa das estradas de ferro é incontestavelmente o combustivel — o carvão.

Pois bem, essas companhias, depois de se apossarem dos contractos, feitos aqui e

em S. Paulo, principiaram a se utilizar da lenha como combustivel, diminuindo, cada vez mais, o uso do carvão de pedra.

São as principaes responsaveis pela mudança climatologica que está se operando no Estado de S. Paulo, principaes responsaveis pelas seccas que temos curtido, devastando as mattas e cerradões ao longo de suas linhas.

Os lavradores, é verdade, derrubam as mattas, mas substituem-nas pelos cafezaes, que actuem em maior ou menor escala, em todo o caso, como condensadores da humidade, o que não se dá nas zonas despidas de vegetação, para o fornecimento da lenha, que ficam abandonados á esterilidade e á mais completa aridez.

Ainda ha pouco, Sr. Presidente, deu-se um facto, que peço licença ao Senado para narrar, porque vem muito ao caso em debate.

Havia nos Estados Unidos, Sr. Presidente, um Estado, não sei si o de Nebraska ou o de Idaho, completamente despido de arvores — uma vasta planicie sem um arbusto sequer.

Um americano patriota e arguto houve, porém, que, querendo transformar a região, teve a genial idéa de aproveitar o trabalho das creanças, creando o *Arbor-day*.

Nos primeiros dias da primavera abriam-se as portas de todas as escolas e por ollas sahiam em festa as garrulas colmeias para o plantio das arvores.

Incutia-se, assim, nos espiritos juvenis, o amor á plantá e o amor ao trabalho.

Em poucos annos o Estado alludido transformou-se por completo, augmentou de uberidade, riqueza e salubridade.

No meu Estadô, em vista da devastação das mattas para lenha das locomotivas, um patriota providento de Araras tratou de imitar e pôr em pratica a genial e adoravel lembrança. Creou tambem alli o *Arbor-day*, o dia das arvores.

Para uma dessas festas as principaes autoridades do Estado foram convidadas e para lá partiram em luxuoso trem.

Qual, porém, não foi o spectaculo que se lhes deparou aos olhos e a grande tristeza que lhes enevoou o espirito, vendo o trem percorrer a distancia que mediava de Jundiahy a Araras por entre collossaes pilhas de lenha, alli erguidas, como si destinadas a uma vasta pyra em holocausto a Sivah—deus da destruição ? !...

E... ao passo que as altas autoridades do Estado, animando com a sua presença a grandiosa festa, testemunhavam, pela sua alegria, approvação á patriotica e feliz idéa ; ao passo que algumas centenas de arvores eram plantadas pelo bando de creanças, por entre festas e risos, não muito longe dalli os machados faziam impiedosamente a sua obra de devastação ! !

Plantam-se, em um só dia do anno, duas a tres centenas de arvores, e destroem-se diariamente milhares, para que possam as companhias de estradas de ferro, além de juros, amortizações e grandes dividendos, levar á conta de semestres futuros milhares e milhares de contos !....

O principal fundamento que, entretanto, allegaram para a concessão da tarifa movel foi o custo do carvão de pedra !... .

Em relação a salarios altos, teem-se accusado os lavradores de prodigos e de esbanjadores.

Si o foram outr'ora, quando o café os enriquecia, já resgataram essa falta.

Encerrados nos seus reductos de trabalho, encaram com stoicismo a adversidade e reagem, lutando, lutando, para evitar que a miseria lhes roube o patrimonio dos filhos !

Nessas tendas de combate não ha alegria para esses infelizes que, olhando para os seus cafezaes, nelles descobrem no verde que os esmalta a côr da esperanza, como unico allivio e unico consolo ás agruras da crise.

Pois bem, Sr. Presidente, enquanto os lavradores reduzem os salarios de seus trabalhadores, as companhias mantem os dos seus e pagam o dobro do que ganham os da lavoura.

Outra razão que deram para a tarifa movel foi a do cambio baixo, que as em-

pobrecia, ao passo que produzia a alta do café.

Hoje está invertida, contra a lavoura, semelhante affirmativa : o cambio nada mais tem com o café e nem o café com o cambio.

Separaram-se.

O cambio está a 12 o o café a 3\$600 por 10 kilos—isto é, a pouco mais de 5\$000 por arroba.

Este argumento desapareceu, não tem razão de ser: o cambio baixo não faz subir o café, como fazia outr'ora.

Entendo, pois, que o Poder Executivo, zelando, como deve zelar, os interesses de todas as classes, para que umas não sejam opprimidas e expoliadas por outras, devo revogar semelhante contracto, iniquo por todas as faces por que se'o encare.

E' possivel que o Governo entenda não ter competencia para isso.

Desejaria saber si assim pensa, porque não hesitarei um só momento em apresentar á consideração do Senado um projecto de lei, abolindo essa nova escravidão e quebrando esse circulo de ferro que impede a prosperidade e o desenvolvimento da lavoura do Estado.

A' vista das reclamações do governo do S. Paulo, *instantes e reiteradas*, as companhias resolveram-se afinal a fazer pequenas reduções em suas deshumanas tarifas:

Tão insignificantes e tão sophisticas foram, porém, que a lavoura não se pôde contentar com ellas.

Sophisticas, porque, dispondo as companhias da tarifa movel, podem inutilizal-as quando queiram. Bastará para isso uma declaração, pelos jornaes, de que a tarifa será cobrada à taxa tal ou tal, do mez tal em deante.

Uma só volta da manivella do aparelho pneumático e a lavoura ficará asphyxiada.

Para isso sobra-lhes coragem e dureza !

Não se importam nem com o proprio governo do Estado, porque, ainda não ha muito tempo, inventaram a tarifa maxima para os pontos extremos de suas linhas, e, *sem esperarem a approvação do governo*, mandaram pôl-a em execução !

Com o mesmo desembaraço susponderam a navegação do Mogy-Guassú, e, supprimindo-a, não deram a minima satisfação aos moradores ribeirinhos, e menos ainda ao governo do Estado.

Verdadeiro Estado dentro do Estado !

Si, em relação á Companhia Mogyana as accusações não são tão graves, não se pôde, entretanto, deixar de reconhecer que *tambem reza pela mesma cartilha* e segue os mesmos passos de sua irmã mais velha e menos ajuizada.

Quanto á *S. Paulo Railway* diroi a V. Ex., que será assumpto de capitulo especial e de discurso em separado.

Sobre essa tenho muito a dizer.

Quando as companhias nacionaes obtinham do Ministro da Viação, em 1893, a tarifa movel, que lhes dava direito a um acrescimo de 48 % sobre as tarifas antigas, na peor hypothese de cambio baixo, a Companhia Inglesa, mais matreira e sagaz, conseguia um augmento fixo de 50 %, independente da taxa cambial.

Sobre esta companhia, como disse, tenho muito a dizer. Voltarei a ella mais tarde.

O SR. URBANO DE GOUVÊA—Não seria em virtude da concessão que ella obteve?

O SR. RAMIRO BARCELLOS.—A companhia estava para terminar o seu tempo e devia reverter á União por dous ou tres milhões esterlinos.

O SR. ALFREDO ELLIS — Não quero entrar neste assumpto porque perderia o fio do meu discurso. O honrado Senador não perde por esperar nem o paiz, tão pouco, porque direi o que ha e o que houve a respeito dessa empreza.

Estou perfeitamente informado do que se deu e tenho todos os esclarecimentos sobre esse importante assumpto.

Mas, Sr. Presidente, de onde provém a causa de tantos abusos commettidos por todas essas companhias de estradas de ferro?

A razão principal é esta.— não ha engenheiros fiscaes ; esses cargos são verdadeiras

sinecuras, os seus serventuarios cuidam só dos seus interesses individuaes.

O SR. HERCILIO LUZ — Em geral consideram-se empregados das compauias, com honrosas e poucas excepções.

O SR. ALFREDO ELLIS — E' preciso que o Governo escolha, para essas funcções, não só homens de provada competencia profissional, como tambem de character superior.

Sem esses auxiliares fica o Governo sem sciencia do que se passa na administração das estradas de ferro, sem conhecimento das iniquidades e abusos que as mesmas praticam contra o povo, em geral, ignorante dos preços e variações das tarifas.

O que é verdade, Sr. Presidente, é que as companhias ferro-viarias do Estado de São Paulo teem tido as seguintes receitas annuaes:

« Em 1898 tiveram de renda, 65.400:000\$; em 1899, 67.700:000\$; em 1900, 70.560:000\$; em 1901, 84.700:000\$; em 1902, 78.780:000\$. »

Foram estas as receitas totaes, das quaes, deduzidas as despezas, tiveram de saldo liquido: « Em 1898, 29.200:000\$; em 1889, 31.340:000\$; em 1900, 35.810:000\$ ». »

Note o Senado que quanto mais baixava o café e menos lucro tinha o lavrador portanto, maiores eram os proventos da industria de transporte.

(Continuando a lêr)... « Em 1901, 41.700:000\$; em 1902, 40.220:000\$000. »

Agora, quer o Senado saber o *custo* approximado das estradas do ferro de S. Paulo? Aqui tenho uma pequena nota: « A Companhia Paulista tem 279 kilometros de linha da bitola de 1^m,60, que custaram pouco mais de 35.000:000\$; tem 593 kilometros da bitola de 1^m, do custo approximado de 21.000:000\$ e tem finalmente 41 kilometros da bitola de 60 centimetros, de custo de 1.000:000\$000.

Tem, portanto, a Paulista 913 kilometros de linha que lhe custaram 61.000:000\$000, mais ou menos.

A Companhia Mogyana, tronco e ramal, 678 kilometros, que importaram em 42.000:000\$, e a parte federal 553 kilometros, que importaram em 26.000:000\$000.»

Entretanto, Sr. Presidente, só do renda bruta a Companhia Paulista arrecadou, no anno passado, 25.000:000\$, e dando um dividendo correspondente a 12 %, ainda levou para o semestre seguinte, depois de pagos juros de *debentures* e amortizações, cerca de 5.000:000\$, sendo 900:000\$ para conta da *finada* navegação do Mogy-Guassú

Para resgate desse erro, commettido sem autorização alguma dos lavradores, tratam de obrigar a estes — *per fas* ou *per nefas* — a pagar á companhia os 5 ou 6 mil contos que puzeram fóra, atirando-os ás aguas do rio.

A navegação não existe mais; os encargos porém, para a lavoura, existem, e ella torá

dê entrar para os cofros da poderosa companhia com as sommas que esta esbanjou, creando aquella empreza.

Foi uma brincadeira que, além de muitas vidas, custou 5 a 6 mil contos !!!

O que isso é para quem dispõe da lavoura e de toda a terra roxa daquella zona do grande Estado de S. Paulo ? !

A redução de 10 % feita pela Paulista e a de 15 % feita pela Mogyana é uma perfeita burla, porque ainda o frete de uma sacca de café é elevadissimo e corresponde á taxa de 25 % do valor do producto, conforme uma nota que tenho aqui.

Em uma outra, poderá o Senado verificar que, antes da tarifa movel, em um ponto terminal da Paulista—em 1893—quando o preço do café era, na média, de 22\$ por arroba, cobravam 1\$018 —ou 4\$072 a sacca.

Depois da tarifa movel, na mesma época, 1\$510 por arroba ou 6\$160 a sacca.

Quer dizer que a Companhia Paulista, manobrando a tarifa movel e pondo em jogo o admiravel machinismo, sem esforço e de um só lance, augmentou de 50 % os fretes sobre o café !

Em 1895, quando esto valia 25\$ a arroba, ou 100\$ a sacca, cobravam 1\$561, ou 6\$244 a sacca ; em 1896, quando começou a baixar o café, que, em média, só alcançava 17\$500 a arroba, subiram os fretes a 1\$574.

Em 1897, continuando a descer os preços, que passaram a 16\$500, a companhia cobrava 1\$385; em 1893, quando já o café não alcançava mais de 15\$, a companhia elevava os fretes ainda mais até attingir a somma de 1\$310 ou 6\$410 a sacca!

Em 1899 o frete era de 1\$595, quando o café, sempre caindo, já não dava mais de 12\$ por arroba.

Em 1900, quando a baixa se accentuava, reduzindo o preço de 25\$ de outr'ora a 7\$500, ainda a inexoravel companhia cobrava 1\$393 por arroba.

Para subir, como viu o Senado, a companhia elevou de um jacto, de um pulo, 50 % — para baixar, vai de gatinhas, se arrastando, de vintem em vintem!!!

Em 1900, quando o café não alcançava mais de 6\$500, a companhia cobrava ainda 1\$379 e presentemente, quando a cotação do pobre producto, abandonado aos especuladores, não vai acima de 5\$500, a cruel companhia ainda exige pelo transporte 1\$379!

Não preciso dizer mais nada para provar que as estradas de ferro são inimigas da lavoura de café.

Si assim não fôra, já teriam reduzido os fretes, acompanhando a sorte do producto que rios de dinheiro lhes tem dado para enriquecer e cobrir os gastos de todas as aventuras.

Fazendo uma digressão e passando ao café, à crise actual, direi, Sr. Presidente, que não

resta duvida sobre a superprodução ; mas o que importa saber-se é si a principal causa da baixa não está na má distribuição commercial, porque todos nós sabemos que ha certos productos, sufficientes para supprir o mundo, por dous, tres e quatro annos, sem que os preços sofram com as suas existencias ou *stocks*.

Não me posso convencer de que um *stock* de café, bastante para o consumo maximo de seis a sete mezes, fizesse baixar de 100\$ a 20\$ a sacca !

Quem não vê que tão tremenda queda é devida á falta absoluta do defeso ?

A sua distribuição é pessima, porque, quanto mais baixa, mais pressa tem o lavrador de o exportar para fazer dinheiro:—dahi a offerta tumultuosa e precipitada que o reduziu á situação actual de não darem os preços para cobrir os gastos da produção. *Este é o facto.*

Si fosse possivel organizar um *trust*, si fosse possivel a formação de uma sociedade que chamasse a si o monopolio, o café, com facilidade, readquiriria a posição de outr'ora, porque, salvo a borracha, não ha producto algum no mundo que mais se preste ao monopolio do que o café.

Porque não tentar?...

Temos um exemplo palpitante nos brilhantes do Cabo.

Quando Cecil Rhodes foi a Kimberley, en-

controu todas as empresas de mineração de brilhantes completamente fallidas. Examinando e estudando o problema, verificou que a baixa do brilhante era devido á excessiva offerta e verificou mais que as minas de Kimberley representavam 65 % da produção mundial.

Pois bem, Sr. Presidente, com esses 65 % organizou elle o syndicato chamado *Companhia De Beers*, fundindo nesta todas as empresas então existentes.

Dahi por deante o *trust*, que outra cousa não era, começou a marcar o preço dos brilhantes, nos mercados do mundo, antecipando as cotações com antecedencia de mezes.

Enriqueceram todos e o proprio Cecil Rhodes tambem e, em tão vasta escala, que além de ter dado á sua Patria a provincia de Rhodesia, passa por ter sido o inglez que mais util foi á Inglaterra.

Isto que se fez com o brilhante, que não é genero de primeira e nem de segunda necessidade, porque é objecto exclusivamente de luxo, porque não o faremos nós com o café, quando dispomos do 82 % da produção mundial ?!

E' evidente que estamos morrendo por gosto !

Será possivel que não se encontre, para um negocio tão seguro, como é este, o capital preciso ?

Não o posso acreditar.

Si fosse possível organizar-se um *trust*, o preço do café voltaria a ser o que era outr'ora, porque a baixa pouco ou nada tem influido para augmentar o consumo.

A enorme differença que deixamos de receber vae exclusivamente para as algibeiras dos intermediarios e torradores, que precisam da materia prima a preço baixo para revendel-a pelas mesmas cotações antigas, lucrando e enriquecendo collossalmente.

Não se diga que a questão é só de São Paulo !

E' uma questão nacional, porque o café representa, na lista de nossa exportação, a metade, ou mais, do total.

Vendiamos outr'ora as nossas safras por 35 a 40 milhões esterlinos, quando não passavam de seis, sete ou oito milhões de saccas, ao passo que hoje, exportando 12 milhões, não nos dão por ellas mais de 14, quando muito 15 milhões de libras.

Como conseguirá o Governo supprir essa enorme differença que, sem duvida, produzirá grande desequilibrio na nossa balança commercial e no intercambio com as outras nações ?..

Não se trata, portanto, de uma questão paulista, como pôde se afigurar ao Senado, pelo facto de ser um Senador paulista o autor de um projecto sobre a valorização do café.

Não, o assumpto, repito, não interessa

só ao Estado de S. Paulo — *é nacional e não estadual.*

Não quero dizer que a sorte do meu Estado não dependa da solução deste temeroso problema.

Mas, dando como prova lo que só interessasse ao Estado de S. Paulo, pergunto eu: — não pertence elle, porventura, á Federação Brasileira ?

Creio que elle tem adquirido direitos para reclamar da União medidas que evitem a sua ruina.

Depois da proclamação da Republica tem concorrido, para os cofres da União com quantia não muito inferior a 500.000:000\$, assim como, com igual quantia, tem entrado para o Thesouro do Estado essa infeliz lavoura que hoje está exangue e aniquilada.

Ella tem feito jus e podia reclamar a execução de medidas que poupassem o seu suor, que é o sangue da Nação, porque tem concorrido para produzir o equivalente á metade de toda a exportação nacional.

Nós, paulistas, representamos perante a Federação Brasileira a oitava parte de sua população apenas; e exportamos, entretanto, *a metade do valor total de toda a producção brasileira ! (Pausa.)*

Terminada a digressão, para não tornar enfadonho tão longo discurso, vou reatar o fio das considerações sobre a magna questão das tarifas.

Como ia dizendo ha pouco, Sr. Presidente, as companhias ferro-viarias fizeram uma redução : de 10 %, a Paulista, e de 15 %, a Mogyana.

Mas, para V. Ex. ver o sophisma que empregaram, direi que a Paulista declarou adoptar a taxa de 210 réis por tonelada-kilometro, a partir de sua estação inicial—Jundiahy, diminuindo, de 25 em 25 kilometros, cinco, 10 e 20 réis até a cidade do Rio Claro, na bitola larga, emfim.

Ora, Sr. Presidente, do Rio Claro em deante principia a linha Rio Claro, que pertence á mesma companhia. Era de suppor-se que a redução continuasse de 25 em 25 kilometros, conforme havia annuciado na secção de Jundiahy a Rio Claro.

Não é isso, porém, o que se dá, porque, do Rio Claro em deante, principia ella a cobrar novamente os 210 réis, sob o fundamento de que é uma nova estrada, só pelo facto de ser de bitola estreita.

Significa isso, portanto, que a redução, feita pela Companhia Paulista, que arrecada corca de 25 mil contos de renda bruta, não chega talvez a mil contos; quer dizer que um pequeno acrescimo de trafego dará amplamente para compensar e cobrir essa redução, annuciada como importante sacrificio feito á pobre lavoura.

Uma só volta da manivella dará tambem para fazer desaparecer a pequena dimi-

nuição que soffreram os seus accionistas em proveito dos lavradores.

Em relação á Mogyana, dá-se o mesmo facto.

As nossas estradas de S. Paulo, como disse ha pouco, *são as que mais allos fretes cobram do mundo inteiro.*

Na Europa, o frete médio de uma tonelada-kilometro é de 30 a 40 réis.

Na Republica Argentina, onde as estradas custaram mais dinheiro do que as da rêde paulista e teem um trafego triplo do das de S. Paulo, o frete médio é de 40 a 50 réis por tonelada-kilometro.

Nos Estados Unidos, Sr. Presidente, *18 réis !*

Em S. Paulo, *180 réis. Dez vezes mais ! ! !*

Nos Estados Unidos, e dahi a grandeza daquello paiz, fizeram-se as estradas de ferro para o sertão, certos de que, feitas as estradas, havia de brotar a população e o trafego apparecer.

Entre nós dá-se o inverso.

As estradas de ferro vão ás povoações que não prosperam porque as tarifas prohibem a exportação de outros productos que não o café.

Ilaja vista o que se deu ainda ha pouco.

Iniciaram-se, com a baixa do café, outras culturas, em maior escala, porque nós em S. Paulo, fizemos sempre a polycultura.

Si não plantamos para exportar é porque os fretes nos prohibem de o fazer.

Plantamos, pois, para as nossas necessidades apenas, porque o contrario seria loucura.

As estradas de ferro são verdadeiras muralhas da China.

Impedem o nosso desenvolvimento, e, para citar exemplos, verifica-se que a cultura do arroz em Bebedouro, Ibitinga e varios pontos do sertão tende a diminuir em vez de augmentar.

O arroz cultivado no Estado não pôde concorrer com o que nos vem do Japão ou da India.

Outro exemplo:—a alfafa.

Em Cravinhos, Engenheiro Brodowsky, e em varios pontos de Araraquara, fizeram-se grandes plantações daquella planta forrageira.

Não puderam exportal-a, e só o Governo a podia comprar porque, por contracto, tem o abatimento de 50 % das tarifas.

Assim sendo, comprehendem todos que a polycultura é um mytho.

Só o café, e esse mesmo por preços altos, poderia supportar a enorme tarifa; e hoje, si reclamamos, é porque nem o proprio café pôde pagar tão pesados fretes.

A' medida que nos Estados Unidos se reduzem as tarifas, de anno para anno, entre nós se conservam as mesmas, com pe-

quenas modificações, de ha 10 annos passados.

E' o grande mal !

Não podemos exportar cereaes de S. Paulo e, a continuarem as cousas como vão, em breve, nem o proprio café.

Os trens de carga correrão vazios.

Pela clausula 7^a do contracto que a Companhia Paulista apresentou ao Governo, propondo a miserrima redução de fretes, pediu e obteve a transferencia de uma parte da renda da secção Jundiáhy—bitola larga, para a do Rio Claro—bitola estreita.

E o patriotico governo do Estado não hesitou em fazer essa concessão á Companhia, para não privar a lavoura da pequena redução que ella se propunha a fazer.

Si eu fosse presidente do Estado, não accetaria a proposta porque, como todos sabem, a Paulista recebe da linha Mogyana, em Campinas, toda a producção da zona desta, o que faz com que o trecho de Campinas a Jundiáhy dê um dividendo correspondente a 30 ou 40 %.

Ora, como a companhia *ex-vi* do seu contracto com o Governo do Estado, obriga-se á redução de tarifas, desde que arrecade renda superior a 12 % do capital, naturalmente ver-so-hia na contingencia de reduzir annualmente as tarifas daquelle trecho, ou antes, tronco.

Não pretendendo fazel-o, o nem lho vindo dar esse passo, lançou mão do recurso

— tirar o excesso arrecadado na 1ª secção para transferil-o para a 2ª, de bitola estreita.

Emfim, a execução da clausula 7ª do contracto vae dar em resultado o seguinte : impossibilidade de nova redução devida ao facto dos dividendos não attingirem mais 12 % do capital empregado.

Para chegar a esse resultado, será bastante que não distribua *em um semestre apenas*, os 12 %, que obriga a companhia á revisão das tarifas.

O SR. PRESIDENTE — Previno ao nobre Senador que a hora está esgotada.

O SR. ALFREDO ELLIS—Neste caso, como tenho ainda varias considerações a fazer, antes de terminar o discurso, peço a V. Ex. que se digne de consultar o Senado sobre si me concede um quarto de hora de prorrogação.

Procurarei ser o mais conciso possivel, synthetizando as considerações que restam a fazer sobre o assumpto.

(Consultado, o Senado concede a prorrogação de hora pedida pelo Senador Alfredo Ellis.)

O Sr. Alfredo Ellis *(continuando)* — Vou reduzir, Sr. Presidente, o mais possivel o que tinha a dizer, porque terei de voltar brevemente á tribuna para tratar da questão, que é importantissima, e tambem porque me sinto assás fatigado.

As companhias de estradas de ferro do meu Estado devem ser mais generosas, tendo, como tem todas as estradas, uma legislação especial, rodeadas, como são, de privilegios, de concessões, de monopólios e de garantias.

Isso, até certo ponto, é natural porque, nas construcções, empregam grande capital que, justo é, fique resguardado e devidamente acautelado.

Abroqueladas e encastelladas nas suas concessões e mantidas por seus contractos — tendo legislação especial e até o direito de desapropriação — deve o publico, em troca de tão grande somma de favores, exigir algumas regalias e beneficios em seu proveito para a utilidade geral.

Esses beneficios consistem, principalmente, no frete baixo e no transporte rapido.

Eis as regalias que o publico espera em troca dos favores que o Estado concede, generosamente, á industria de transporte.

Entretanto, Sr. Presidente, que vemos? A lavoura sustenta o paiz; mas as companhias entendem que a lavoura lhes pertence: — uma dependencia dellas; o lavrador, um vassallo.

Pouco se importam e nem querem saber, estipulando as tarifas exorbitantes, si o productor terá ou não resultado do seu trabalho.

Para ellas isso é questão muito secundaria e sem a minima importancia, porque dizem

« que a crise não é da lavoura, e sim dos lavradores. »

Em toda a parte do mundo, as estradas são consideradas como dependencias da lavoura, e a ella irmanadas por vinculos indissolueis. Entre nós é o contrario : — a lavoura depende das estradas de ferro, e é por estas considerada como irreconciliavel inimiga.

E, como *quem seu inimigo poupa nas mãos lhe morre*, as ostradas, segundo parece, fazem o possivel para matar a lavoura !...

Quando abrirão os olhos á luz da verdade ? !

Quando reconhecerão o grave erro que commettem ? ! ...

A crise é dos lavradores e não da lavoura, segundo affirmam.

Como conseguirão separar o lavrador da terra que elle regou e fecundou com o suor do seu rosto, que elle valorizou com os seus esforços e com o seu trabalho ?

Separar o lavrador da lavoura, equivale a separar o brasileiro do Brazil ! ! !

Será possivel isso ? ! Não o creio !

Si para as companhias é indifferente a sorte dos lavradores—expulsos de suas propriedades, pelo credor inexoravel e cruel — si para ellas é indifferente o sequestro das fazendas, certos de continuarem os cafezaes a produzir — mudando apenas de donos — porque não applicar-se o mesmo conceito ás estradas de ferro ?

Ha 10 annos quando vieram allegar miseria, para obter a tarifa movel, á sorte dellas não foi indifferente a lavoura.

Si os lavradores podem quebrar hoje, que o café está baixo, porque não podiam quebrar as companhias quando elle estava alto?

A lavoura foi generosa!

Recebendo, como recebia, somma elevada pelos seus productos, na época em que se dizia *que o café dava para tudo*, não regateou, não protestou contra o accrescimento de 50% nos fretes.

Pagou generosamente, e encheu os cofres das companhias, duplicando-lhes o trafego.

Esse excesso de producção, que representa riqueza para as estradas, representa pobreza para a lavoura, e, apesar de nada-rem em ouro, respondem ás solicitações e convites do Governo com a esmola de *vin-tens* atirada á face suarenta e requeimada de sol do lavrador abatido pelo infortunio!!!

A Companhia Paulista passa cinco mil contos para o futuro semestre; a Mogyana tres mil e tantos, e, apesar dessa enorme opulencia, regateiam e disputam mezes, com o governo do Estado, a mesquinha redução que fizeram, exigindo, em troca dessa miseria, a unificação dos seus contractos!!!

Queriam applicar mais uma ventosa no corpo da exhausta moribunda!!!!...

Naturalmente para dar força e alento à sua grande amiga e protectora, á lavoura.

Sr. Presidente, o que a lavoura pede, por mou intermedio ao Poder Executivo, na situação melindrosa que atravessa, é a abolição da tarifa movel. E' o que reclama do Poder Executivo.

Entendo que elle tem competencia para revogar a iniqua concessão, e tanto tem que em 1900 ou 1901, durante a presidencia do honrado coronel Fernando Prestes, quando ministro da Agricultura o illustre Dr. Alfredo Guedes, a inspectoría de estradas de ferro teve ordem para formular o fundamentar um decreto, abolindo a tarifa movel nas linhas do concessão estadual.

Si nessa occasião não foi abolida, foi porque uma alta influencia politica, patrocinando as empresas ferro-viarias, infelizmente interveiu e, com as suas instantes e calorosas solicitações, impediu que o illustre ministro assignasse o decreto revogando a medida.

Pois bem, Sr. Presidente, si o governo do Estado entendeu que tinha competencia para revogar a concessão, não vejo razão para suppor que fallece identica faculdade ao poder superior—o Governo da União !

Pouca cousa mais quer a lavoura, neste assumpto de estradas de ferro, além da revogação da tarifa movel, que não tem mais razão de ser ; quer tambem a contagem do

capital effectivamente gasto na construção das linhas.

Si erros houve, a lavoura não é responsavel, assim como as companhias não o são, porque a lavoura plantou café de mais.

Assim como esta expia duramente esse erro, as companhias e seus accionistas que expiem o da compra da Rio Claro e outros.

Desde os mais remotos tempos, Sr. Presidente, desde os primeiros blócos do granito, arrancados dos flancos das cordilheiras, para servirem ao buril dos historiadores, que nelles traçavam sygnos, hieroglyphos—e os emblemas de sua religião—em Thebas, no Egypto, nos templos hellenicos bem como nos romanos, encontra-se sempre o boi jungido a um arado, como symbolo da lavoura.

E... não podiam de facto os antigos escolher melhor e mais suggestivo emblema, porque o boi representa a mansidão e o trabalho... representa tambem a resignação. Além disso tudo, ha ainda a accrescentar uma circumstancia : o boi não tem consciencia de sua força.

Pergunto eu á lavoura do meu Estado si ella, porventura, tambem desconhece a sua ? 1.
(Muito bem ; muito bem. O orador é compreendido.)

Discurso pronunciado na sessão de 11
de agosto de 1903

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, não me surprehendeu o parecer da nobre Commissão de Finanças sobre o projecto que tive a honra de apresentar á consideração do Senado, por dous motivos:

Primeiro, porque o projecto tinha, de facto, grande amplitude o dava ao Poder Executivo poderes illimitados para debellar a crise do café.

Faltava estipular, com precisão, a somma que deveria ser empregada pelo Governo para o fim em vista. Era uma prova de confiança ao honrado e illustre Presidente da Republica.

Segundo, porque o assumpto era o é, segundo me parece, completamente desconhecido do Senado.

Pela primeira vez a lavoura de café batia ás portas do Poder Legislativo pedindo auxilio e remedio a seus males.

Rei outr'ora, hoje mendigo, precisava de um patrono que lho traduzisse as queixas,

fazendo ecoar neste recinto, e nas altas regiões officiaes, os seus gemidos e as suas angustias.

Ainda nisso foi infeliz escolhendo, por patrono, o humilde e obscuro Senador que ora occupa a attenção do Senado.

VOZES—Não apoiado.

O SR. HENRIQUE COUTINHO — Não podia ser mais feliz a escolha.

O SR. ALFREDO ELLIS—Teve em mira, naturalmente, quando o fez, procurar arrimo em um companheiro e irmão de classe, que sente de mais perto, e talvez com mais sympathia, os soffrimentos que acarretam a crise actual que a depaupera, empobrece e esmaga !...

Não estranhei, como disse, o parecer da Commissão de Finanças; não posso, entretanto, silenciar uma leve e passageira re-
criminação pelo facto de, não tendo em seu seio—e isso pôde-se dizer sem desdouro e sem fazer offensa a quem quer que seja—um só representante, conhecedor do assumpto do projecto — recusar, a um collega do Senado e autor da proposta, a conferencia que lhe pediu propondo-se a levar ao seu conhecimento, não só os subsidios de que dispunha, como os esclarecimentos e dados estatísticos que possuia, para bem oriental-a na solução do problema.

Era uma condescendencia, que seria acceita e traduzida como prova de consideração,

muitissimo honrosa, por quem neste momento se dirige ao Senado.

A Comissão, comquanto muito illustrada e competente, não pôde conhecer, a fundo, todos os assumptos sobre os quaes tem de dar parecer e emittir opinião. Em relação á lavoura de café, não conhece ella absolutamente a sua cultura, nem a parte industrial, e menos ainda a face commercial.

Era justamente isso que eu pretendia levar ao conhecimento e expor á honrada Comissão de Finanças, porque, quando fundamentei o projecto não havia feito minuciosa descripção—e nem podia fazel-o—de todos os factos que com elle intimamente se relacionam.

A honrada Comissão não podia, pois, sem essa exposição, até certo ponto historica e chronologica, apreciar da oportunidade das medidas reclamadas, e nem comprehender os intuitos patrioticos da minha iniciativa nesta grave questão.

Liquidado esse incidente, Sr. Presidente, vou lembrar ao Senado que o honrado e illustro Presidente da Republica, em sua mensagem ao Congresso Nacional, declarou que:

« Devem se empenhar os poderes publicos para que estes grandes factores da vida economica sejam estimulados e possam entrar em actividade no paiz. Comprimida pelas fortes exigencias de uma crise financeira:

prolongada, cujos effeitos se fizeram sentir por toda a parte, affectando a producção, enfraquecendo ou quasi eliminando o credito e perturbando sensivelmente as fontes de renda dos Estados, a situação economica tornou-se mais grave com a baixa dos preços dos generos de exportação, principalmente a do café, base fundamental de nossa riqueza. Mostram-se aliás vigilantes as classes agricolas e os Estados se esforçam com solicitude para attender aos seus ardentes reclamos.

Desde que a crise do café provém, como geralmente se acredita, do excesso de producção, serão efficazes para combatel-a as medidas que convergirem para a valorização do genero nos differentes mercados. E', effectivamente, na fraca resistencia dos intermediarios que repousa o maior embaraço para regularização do commercio do café e consequente movimento de seus preços, observando-se com certo desalento que, a despeito da grande baixa no paiz, o producto continúa a ser bem vendido nos mercados de consumo.

Nos paizes ricos, de forte organização economica e commercial, estas crises são facilmente combatidas pela acção commum dos interessados para regular as condições da offerta e da circulação dos productos. Os que, entretanto, e essa é a nossa situação, não dispoem de bons elementos de defesa,

si podem contrariar os effectos da crise diminuindo o volume dos *stocks* pela eliminação das impurezas e qualidades baixas do café, beneficiando melhor o que se destina á exportação e reduzindo ao minimo os gastos para produzi-lo, *não podem prescindir do concurso dos poderes publicos para auxiliar os lavradores na organização daquella resistencia e remover os embaraços que entorpecem o desenvolvimento da grande industria, ou submettendo-a a um regimen fiscal atrophiante ou sobrecarregando o productor de onus exaggerados.»*

Sr. Presidente, indo ao encontro dos desejos do honrado Presidente da Republica, provava que S. Ex. havia bem interpretado as condições actuaes da crise economica que, produzindo, como é patente, desfallecimento, e atacando a principal fonte de riqueza nacional, ameaça séria e positivamente as finanças da União.

Eis a razão por que formulei um projecto que submetti á consideração e ao criterio de S. Ex.

O projecto continha de facto uma autorização apenas, e não consignava a verba, necessaria ou imprescindivel, para a defesa e valorização do café.

Tendo a referida Commissão levantado essa objecção, e comprehendendo, desde logo, a sua justeza e alcance, formulei o substitutivo, que foi, como o projecto, submettido ao

criterio e juízo do Sr. Presidente da República.

Instei para que fosse este sujeito ao estudo da mesma, embalado pela esperança de ser perfilhado pela honrada Commissão, e apresentado, como da propria, á discussão do Senado.

Não quiz ella, porém, condescender, lavrando o nobre relator parecer contrario rejeitando o projecto.

Sr. Presidente, o substitutivo consignava uma verba de 100.000:000\$ para defesa e valorização do café.

E' bem possivel que o Senado supponha que, quando estipulei no art. 2º do projecto essa quantia, autorizava eu o dispendio, a distribuição, o gasto, dessa enorme somma em auxilios directos á lavoura em beneficio exclusivo dos lavradores.

Tal, porém, não foi o meu pensamento !...

O SR. RAMIRO BARCELLOS—O projecto não dizia de que modo devia ser empregada esta somma.

O SR. ALFREDO ELLIS—O substitutivo, conhecido aliás de V. Ex., esclarecia perfeitamente esse ponto.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—O substitutivo a que V. Ex. se refere não dizia de que modo devia ser empregado o dinheiro. Só marcava o credito de 100.000:000\$ para valorizar e defender o café.

O SR. ALFREDO ELLIS—Estava bem claro

o modo a empregar para a valorização e defesa desde que consignava a operação de descontos de *warrants*.

Si a honrada Commissão de Finanças me houvesse, porventura, proporcionado ensejo, teria esclarecido perante ella todas as duvidas, e já estaria convencida de que o Governo, cumprindo as disposições consignadas no substitutivo, não teria absolutamente de despendar um só real que não fosse para valorizar o nosso principal—quasi unico—producto.

Crearíam, supponhamos, uma carteira especial no Banco da Republica e, estabelecido o preço minimo para os diversos typos, como fez o ex-Ministro da Fazenda do Governo passado, em relação ao assucar, não estaria o café á mercê dos exportadores e especuladores, que o comprem pelo preço que arbitram a seu bel prazer.

Isto é claro, é logico, é evidente !...

O Governo, ou antes o Banco, não despenderia e nem forneceria o dinheiro sem a competente garantia. Vendido o café, a sua importancia seria immediatamente recolhida aos seus cofres pelos commissarios signatarios dos *warrants* descontados.

Nenhuma perturbação se daria no mechanismo commercial, cumprindo, entretanto, o Governo a sua missão de defender e valorizar a sua moeda, *que é o café*.

E' preciso que o Senado conheça o mechanismo da parte commercial do café.

Em relação á industria propriamente agricola, pouco importa. Bastará dizer, em relação a esta, que a decadencia está, dia a dia, se accentuando.

E' facto para se lamentar, porque é a principal riqueza do paiz, e a sua decadencia se justifica exactamente porque o producto, sem protecção e desvalorizado como está, não produz o sufficiente para cobrir o custeio dos estabelecimentos ruracs, e muito menos remunerar os capitães nelles empregados. A consequencia natural é o máo trato e o abandonó mesmo de parte dos cafezaes.

E o que é mais grave, chamo para o facto a attenção do Senado, o exodo dos colinos.

Significa isso a perda dos braços, a perda dos trabalhadores que, voltando á patria, levam as suas economias, si as teem, e si não, a miseria, para annunciar que neste paiz não se póde mais ganhar dinheiro ; que não ha mais recursos, porque a lavoura do café, a mais rica, sob todos os pontos de vista, não póde remunerar e nem compénsar os esforços e sacrificios dos que abandonaram os seus lares com a esperanza sorridente da fortuna facil e do bem estar da familia.

Os grandes economistas americanos dão um valor a todo o immigrante que allí aporta. Calculam em mil dollars o valor de um homem são, apto para o trabalho ; si, porventura, além da aptidão physica, dispõe o recém-chegado de instru-

ção, acima da vulgar, addicionam mais 500 dollars — accrescidos á fortuna publica.

Pratico como é aquelle povo, guiando-se pelas estatisticas, sabe que o preparo intellectual duplica e triplica o esforço e capacidade de trabalho, porque o homem, nessas condições, está apto para fazer manobrar e dirigir os machinismos agricolas mais aperfeiçoados.

Entre nós, Sr. Presidente, não se cogita do assumpto. Pagamos a passagem dos colonos, gastamos sommas avultadissimas para os acclimar, e quando estão promptos e rijos para a lucta, quando representam extraordinario valor, como factores da riqueza publica, os abandonamos, porque não cogitamos de valorizar o producto que cultivam e que lhes proporciona o salario.

A baixa do café ha de trazer como consequencia a crise do trabalho — a falta de braços.

Uma será consequencia fatal da outra !...

E... assim se esvae, como fumo, a nossa principal riqueza !...

Não foi, com certeza, para se chegar a este resultado que empregamos mais de 300.000:000\$, em estradas de ferro, no Estado de S. Paulo, e nem, tampouco para o mesmo fim que gastamos, dos cofres do Estado, uma centena de mil contos, sinão mais, para introduzir e collocar colonos na lavoura !...

Sob o pretexto futil de nos faltarem recursos, quando nunca escassearam para a salvação de bancos arruinados e mal administrados, deixamos perecer toda esta riqueza accumulada á custa de tantos sacrificios, e mantida á custa de sommas inauditas de dinheiro !

Não ; o que nos falta é, diga-se a verdade, a coragem para enfrentar a situação e combater com energia a crise. O que nos falta é o conhecimento exacto do problema, porque, diga-se com franqueza, a quasi totalidade dos representantes da Nação desconhece, por completo, o assumpto ; e si assim não fora, si de facto o conhecesse, por muito amplo e lato que fosse o projecto que apresentei ao Senado, não surgiria da Commissão o embaraço, tendente a evitar um largo debate, cerceando-me a oportunidade de cabalmente o defender.

Era uma base para estudos ; declarei, ao fundamental-o, que acceitaria emendas e mesmo um substitutivo que melhor correspondesse ás exigencias criticas do momento.

Nunca me passou pela mente a idéa do ter descoberto o α do problema ; nunca me passou pelo espirito a phantasia de fazer sair do cerebro um projecto perfeito, como Minerva, armada e invicta, da cabeça de Jupiter.

Queria que a honrada Commissão do Finanças me proporcionasse oportunidade

para vir, perante os meus pares, advogar a causa nobilissima dessa classe, fazendo ecoar neste recinto os seus gemidos, que a distancia parece abafar.

Sr. Presidente, dir-se-ha que, levantando a voz neste recinto, pretendo avolumar as queixas e recriminações da lavoura, importunando os altos poderes da Nação; dir-se-ha tambem que advogo os interesses do Estado de S. Paulo.

E' verdade que o Estado que represento, é o mais interessado na solução do problema, por ser o principal productor de café do mundo.

E' verdade que para realizar essa estu-penda riqueza applicou, além de assombrosa energia, todas as suas sobras, a maior parte de suas rendas e todo o seu credito.

Mas, pergunto eu aos honrados representantes da Nação, a riqueza paulista não é nacional, não é tambem brasileira ?? Porventura não pertence S. Paulo á communhão brasileira ?...

Um dos fundamentos, para a rejeição do projecto, empregados pela Commissão é *que devíamos estender os mesmos favores a todos os productos nacionaes.*

O café, Sr. Presidente, não pôde ser equiparado a outros productos do paiz, conforme vou demonstrar e provar.

Antes de o fazer, porém, devo declarar que jámais deixei de prestar o concurso,

fraco embora, da minha intelligencia e experiencia, em prol de outros productos nacionaes.

Opportuna é a occasião para dizer ao honrado Senador pelo Maranhão, que S. Ex. commetteu, ha dias, quando orava, a proposito do meu requerimento á Mesa, solicitando o parecer da Commissão da qual é S. Ex. um ornamento, uma grave injustiça para com o orador, suppondo que jámais houvesse elle amparado ou patrocinado, na Camara dos Deputados, de que fez parte desde a Constituinte, medidas salvadoras, que beneficiassem outros productos do paiz. Foi uma grave injustiça que o honrado Senador praticou para com o obscuro orador.

Posso, desassombradamente, affirmar o abí estão os *Annaes* para provar que, desde 1894, venho cuidando dos interesses da nossa lavoura em geral.

Em relação á do algodão ha na Camara dos Deputados projecto meu, e em relação á crise do assucar a bancada paulista, no anno findo, votou sem discrepancia a favor de todas as medidas que foram suggeridas para amparar-lhe os preços, reduzidos a uma taxa infima.

Quem, com mais denodo e coragem, tem combatido as exaggeradas e deshumanas tarifas ferro-viarias?

Estou prompto a fazer identica campanha ás do Lloyd, porque estou convencido de

serem as tarifas altas e os despropositados fretes marítimos desta empresa, as causas principaes do nosso atrazo, um impecilho, emfim, ao nosso desenvolvimento economico.

Para provar o meu asserto basta dizer que uma sacca de assucar que paga de frete, do Rio a S. Paulo, l\$200 ou l\$300, no meu Estado paga, em percurso menor, de 7\$ a 8\$000.

Fossem as tarifas mais baixas e o consumo do assucar, no meu Estado, teria um acrescimo equivalente talvez a 300.000 saccas por anno.

E' por essa fórma que devemos proteger todos os nossos productos, como o assucar, o sal, o arroz, o milho, o feijão, o fumo e o algodão, facilitando a exportação de uns para outros Estados.

Por outro lado deviamos adoptar tarifas proteccionistas, nas nossas alfandegas, augmentando-as gradativamente, de anno para anno, afim de impedir a entrada ou, pelo menos, diminuir a importação dos similares estrangeiros.

Com estas resoluções e medidas, os nossos productos ficariam amplamente protegidos e os nossos productores não teriam razão de queixa.

Em relação ao café, porém, ha necessidade de remedios especiaes, porque é tambem um producto especial.

O Brazil é o paiz do café, porque é o seu principal, quasi unico, producto de exportação.

E' o nosso ouro; é com essa moeda que pagamos o que importamos.

E' preciso não perdermos de vista esse facto.

Por essa razão não incluí, quando formulei o projecto, outros artigos nacionaes.

Sr. Presidente, em relação ao café só perdem tres agentes, todos os mais ganham.

Seja dito de passagens que, com a redução de salarios, determinada pela força das circumstancias, o colono, agora, principiou a soffrer as consequencias da crise. Até ha pouco, porém, nada soffria.

O trabalhador, o carreiro, o carroceiro, o commissario e os accionistas do estradas de ferro, todos, enfim, empregados na cultura, transporte ou no commercio do café, ganham o mesmo que outr'ora. Todos tiram resultado do seu trabalho—*menos o productor, o Estado e a Nação.*

Parece inverosimil; mas não o é!

O productor paga 11 % sobre o *bruto* de sua exportação, de imposto estadual, equivalente a 15 %.

Alem do imposto municipal, paga ainda o imposto de transito, *imposto de imposto*, porque este abrange a totalidade da exportação e, portanto, a parte pertencente e destinada ao Estado.

Paga mais um imposto municipal em Santos.

Para esses impostos o productor fica onerado e abre mão de 16 % pelo menos ; para o transporte mais 25 % não contando o carreto á estação ferro viaria.

Em summa, o productor vê desaparecer, destinados a esses pagamentos, de 44 a 45 % do valor de sua mercadoria.

Os 50 ou 55 %, que lhe deixam, tem forçosamente de entregar aos seus trabalhadores — colonos e empregados.

Ficam-lhe, o perfume do café e o prazer de vêr o producto, que tanto trabalho, sobresalto, vigilancia e angustias lhe custou, nas saccas destinadas ao mercado.

Nada mais lhe resta !!!

Actualmente, por fim, com os preços infimos a que chegou, os 55 % que o Estado, camaras municipaes e estradas de ferro lhe deixam não bastam para satisfação do colono e despesas de custeio.

Dahi o abandono do parto dos cafesaes e a perspectiva fatal e inilludivel da ruina !...

Ninguem pôde, Sr. Presidente, produzir uma arroba de café por menos de 4\$000.

E, de facto, um prodigio de economia rural, conseguir o lavrador produzir o café por esse preço.

No Mexico, unico paiz onde se planta ainda algum café, apesar de serem os indios, que se contentam com salarios baixos, os empregados nessa cultura, não conseguem preparar uma arroba por menos de 8\$ a 9\$.

O minimo do custo em S. Paulo é de 4\$, sem contar as despesas de transporte—carretos e comissões—que o elevam a cerca de 6\$ por arroba.

Posso affirmar ao Senado, que, em parte alguma do mundo, poderão produzir uma sacca de café por preço inferior a 24\$, entregando-a no ponto de embarque.

Essa somma representa o minimo do custo de producção — *nada sobrando para o productor.*

Pois bem, Sr. Presidente, nem sequer esse preço minimo, essa insignificancia, é obtida actualmente, nos nossos mercados, pelo producto outr'ora tão precioso e hoje tão desvalorizado.

Vou explicar os factos e dar a razão de semelhante anomalia.

Estamos vendendo café por menos do que nos custa a sua producção.

Quer isso dizer que o lavrador está *queimando* o producto do seu trabalho, para fazer dinheiro, porque, si o não fizer, não poderá pagar os seus trabalhadores, ficando na dura contingencia de ver desorganizados os serviços e, portanto, desorganizada a sua lavoura: — arruinado emfim !

O lavrador, em synthese, é forçado a se entregar, sem meios de reagir, á ganancia dos exportadores.

Por que processos chegamos a este estado de avassalamento e servidão ?!

A resposta é simples : — ainda adoptamos, actualmente, os mesmos costumes, a mesmíssima rotina commercial de outr'ora.

Os processos, em pratica, são identicos aos de 30 e 40 annos passados; os commissarios percebem uma percentagem sobre os cafés vendidos, justamente como nos tempos antigos, e fornecem, como si fossem banqueiros, as sommas necessarias ao custeio dos estabelecimentos agricolas.

Antes da aurea lei de 13 de maio de 1888, essas quantias eram, em geral, pequenas e insignificantes, si as compararmos ás de hoje, porque havia o escravo.

Os commissarios, tendo, como tinham, amplos recursos, podiam defender o café, forçando o exportador a pagar-lhes o preço que exigiam. Dictavam a lei: a procura era maior que a offerta.

Com a transformação do trabalho, os lavradores tiveram de fazer enormissimas despesas, para o alojamento de perto de um milhão de colonos, e a sacar, sobre os commissarios, grossas quantias, mensalmente, para o pagamento dos colonos e pessoal das fazendas.

Os commissarios, não podendo dispor de tão elevadas sommas, viam-se obrigados a entregar a mercadoria aos exportadores, com o intuito de realizarem o numerario preciso para os frêtes e saques dos fazendeiros.

A offerta tornou-se assim maior que a procura.

Esta falha na organização commercial, esta fraqueza do commissario, sem bancos á disposição e semapparelhos de credito, accentuou-se de anno para anno, produzindo a crise e atirando o precioso producto ás infimas cotações de hoje.

O café vale menos que o arroz, feijão ou qualquer outro producto agricola. Vale menos que a alfafa ! ...

E, á medida que os preços baixavam, cresciam as necessidades, porque maior quantidade de café era precisa para inteirar as quantias necessarias aos gastos da industria.

Avolumavam-se as remessas, e a avalanche se precipitava, para Santos, impedindo e inutilizando qualquer tentativa no sentido da alta.

Sacrificavam não só as safras pendentes, como as futuras, submittendo-as a penhores agricolas por insignificantes quantias.

Este é o mecanismo posto em pratica para reduzir o nosso principal producto á triste posição que hoje occupa, sem valor, sem preço e sem procura.

Tinhamos outr'ora a faca pelo cabo—impunhamos os preços—hoje dá-se o inverso, o exportador o segura e volta a lamina contra nós, impondo, despoticamente, os preços á sua vontade.

Si, porventura, nos dá 5\$300 por arroba, é porque quer, não lhe convém fazer seccar a fonte de fabulosos lucros.

Do contrario, podia compral-o por menos, certo de não encontrar opposição.

De 1896 para cá os preços teem caído, de anno para anno, e, a continuarem as cousas por mais algum tempo, a ruina e a miseria nos baterão ás portas.

Pouco falta para isso!...

Sr. Presidente, analysei minuciosamente a deploravel e lastimosa situação do produtor; vou agora examinar a do Estado.

Será preciso fazel-o? Não viu hontem o Senado, nas columnas do *Jornal do Commercio*, o tristissimo sudario, representando, com fidelidade, a miserrima situação do Estado do Rio, administrado, entretanto, pelo general Quintino Bocayuva, um dos mais eminentes proceres da Republica, um dos chefes, um dos corações que mais amam, que mais fizeram pela Republica?!...

Quanta amargura, quanta desillusão naquellas paginas sombrias! A miseria vae se alastrando e o Estado do Rio de Janeiro é o exemplo palpitante.

Primeiro a baquear, e nem isso é estranhavel, porque a sua lavoura era mais fraca; após elle virão os outros, Espirito Santo, Minas e S. Paulo.

O imposto de exportação cobrado *ad valorem* representa hoje uma insignificancia. Não

basta, para a vida administrativa, principalmente do meu Estado que, tendo tido rendas colossaes, creou muitos serviços, alguns talvez desnecessarios, porque a verdade manda que se diga que a culpa de esbanjadora não deve recair exclusivamente sobre a lavoura.

A União esbanjou, os Estados tambem esbanjaram; entretanto, só a pobre lavoura se atira a pécha de prodigalidade.

O exemplo do Estado do Rio de Janeiro está demonstrando a urgencia da adopção de medidas attinentes e capazes de salvar a riqueza *que ainda nos resta*.

A Inglaterra, que ainda ha pouco fez a terrivel campanha do Transwaal, que lhe custou enormes sacrificios de sangue e de dinheiro, o fez para resguardar o seu monopolio do ouro.

Eu só conheço tres monopolios: o do ouro, o do café e o da borracha. Apesar do enorme despendio, bem governada como é, não se esqueceu do futuro daquellas colonias.

Concluida a guerra, para alli enviou uma commissão de reputados agronomos, afim de verificar, com exactidão, a capacidade, productiva e agricola, dos territorios conquistados do Transwaal e Orange.

O chefe dessa commissão, apresentando, após paciente estudo e observação, o seu relatório, declarou que os terrenos eram pobres, existindo pequenas manchas de sólo

productivo, necessitando, porém, para a sua cultura, de grandes obras de irrigação.

Pois bem; apesar das grandes dificuldades e das enormes despesas que semelhantes obras exigiam, a Inglaterra não hesitou. Um empréstimo de cem milhões esterlinos foi lançado para indemnizações, reconstrução das herdades, repovoamento dos campos, varridos pelo pavoroso tufão da guerra e *para a lavoura !*

Tudo isso se fez para o Transwaal, ao passo que, para S. Paulo, que vale 10 vezes mais que o Orange e Transwaal reunidos, se nega a insignificancia relativa de 100.000:000\$, sufficientes, entretanto, para a nossa salvação.

Notando-se que lá tudo está por fazer, e aqui, em S. Paulo, o dinheiro serviria para evitar que se perdesse e se destruísse o *que está feito e creado*, á custa de centenas de milhares de contos.

A riqueza, estando em S. Paulo, está no Brazil, Sr. Presidente; o café, que S. Paulo produz, é producto nacional. *S. Paulo pertence á federação, si não me engano !*

Só conheço uma patria ! Os nossos sofrimentos, bem como as nossas alegrias, devem ser partilhados como os de qualquer outro Estado do Brazil.

Por este motivo, Sr. Presidente, entendo que ao Governo Federal compete a solução da questão.

Não pôde ser resolvida, exclusivamente, pelo Governo do meu Estado, porque S. Paulo não é, em summa, o unico e exclusivo productor de café.

Eis a razão por que, no projecto, julguei opportuna a autorização, consignada ao illustre Presidente da Republica, para entrar em accordo com os Governadores dos Estados productores de café, a fim de harmonizar todos os interesses, e uniformizar as medidas que tivessem de ser executadas, para a final resolução do problema economico.

Não ignorava que semelhante dispositivo não tinha força de lei ; sabia, entretanto, que era de grande valor, porque representava uma idéa, não só conveniente para os interesses fundamentaes do paiz, confiados á salvaguarda do honrado Presidente da Republica, como tambem altamente patriótica.

Si, porventura, o Governo da União não pudesse, ou mesmo entendesse, que não devia auxiliar com dinheiro os Estados em crise, podia, pelo menos, lembrar medidas importantes que, executadas fielmente por todos, podiam talvez dobellar, ou quando nada, attenuar a gravidade da situação.

Eu lembraria, por exemplo, a *eliminação dos typos baixos*.

A limitação das plantações e um imposto *em especie*, pago pelo exportador, com certeza, sem a menor duvida, melhorariam os preços do nosso genero.

Tem havido, da parte dos que estudam esta questão, uma certa confusão.

Para se chegar a um resultado pratico, preciso é fazer-se a distincção e separar os dous pontos do problema:— *auxilios directos à lavoura — defesa do producto.*

Qualquer que seja o projecto, que tenha de ser apresentado á discussão nesta Casa, deve bem discriminar as duas idéas.

Eu não pedi auxilios à lavoura, nem pretendo que o Governo Federal intervenha no sentido de salvar o lavrador.

Entendo, porém, que deve, *franca e positivamente*, intervir, para evitar a dèsmoralização dos preços do café, porque, fazendo-o, valoriza a nossa moeda.

E' com essa moeda que pagamos o que importamos—é com esse ouro que liquidamos os nossos compromissos externos.

Sem ello, quasi sem valor como está, como supprirá o Governo o *deficit* da balança commercial no intercambio com outros paizes?!...

Claro é, portanto, evidente é que, como o productor, o Estado perde, perdendo tambem a União.

O productor arruina-se em primeiro lugar, o Estado mais tarde, e afinal a propria União.

Não comprehendendo a União rica, com Estados pobres, sem forças, sem elementos e sem recursos, para pagarem impostos, dos quaes em summa vive a União.

O meu projecto visava resguardar os interesses do Thesouro Federal.

Conseguido isso, naturalmente os Estados interessados aproveitariam, e com elles tambem os productores, fortalecidos, inilludivelmente, pela alta de preços que se daria.

Quando, Sr. Presidente, ao medico se apresenta um individuo, victima de um desastre, que lhe occasionou ferimentos varios e differentes lesões, o primeiro impulso daquelle é tratar dos que pôdem sacrificar ou comprometter a vida do paciente, deixando os outros para depois. Por isso tratei do café, deixando para mais tarde, para tempo opportuno, os auxilios a outros productos, que tambem precisam de soccorro.

Devo trazer ao conhecimento do Senado uma informação que reputo capital e de summa importancia.

A cultura do café em varios paizes do mundo está em franca decadencia.

Em Java, o governo Hollandez está distribuindo, em lotes, as terras pertencentes á corôa a varios colonos, com a previa obrigação de não plantarem mais café.

Em Ceylão está se dando a mesma cousa, achando-se quasi extincta tambem a lavoura de café—que é nova aliás—do Congo Belga.

Na Asia a destruição é causada pelo terrivel insecto *Hæmileia vastatrix*, e no Congo é devida á constituição do sólo que, sem a profundidade precisa, não permite a pene-

tração das raízes. Por maiores que sejam os cuidados, as raízes apodrecem e a planta morre.

Como veem, para esses males não ha remédio.

Esses concurrentes poderosos estão, de vez, eliminados, concorrendo muito para a diminuição da produção mundial o seu desfallecimento e retirada da arena de combate.

Os honrados Senadores, naturalmente, perguntarão por que motivo o Brazil, vendendo o café por 20\$ o 22\$ a sacca, não conseguiu ainda supplantar a concurrencia de outros paizes productores.

E' uma questão importante a estudar, porque, dizendo-se e affirmando-se que ha superprodução, não devia haver mais concurrentes, pois nenhum paiz pode sustentar a lucta comnosco, desde que os preços attingiram ás baixas e infimas cotações actuaes.

Vamos elucidar esse ponto obscuro.

Na Europa o café Brazil tem uma cotação — a mais baixa — e o de outras procedencias, outra muito diversa e muito mais alta.

Vou mostrar ao Senado um jornal inglez, o *Economist*, que diz :

« Foram vendidas ante-hontem na Bolsa muitas partidas de café pelos preços seguintes:

Missouri, regulares, média de 60 a 64 shillings, quer dizer, tres libras esterlinas, e bons e finos, de 81 a 100 shillings, quatro a cinco

libras esterlinas ; os mokas finos de 107 a 109 shillings, isto é, 5 1/2 libras a sacca.»

O peso em Londres é de 112 libras, por sacca, equivalente ao quintal, e denomina-se *Stone weight*. (*Continuando a leitura*) :

« *Café de Ceilão, mokas regulares 50 a 60 shillings ; Costa Rica, 65 e os finos de 80 a 100.*

Santos — CAFÉ BRAZILEIRO de 25 a 25 shillings e tres pence ! ! ! »

Sabem os honrados Senadores que cafés são estes que alcançam quatro a cinco libras esterlinas ?

E' quasi todo brasileiro, baptisado com esses e outros nomes.

O nosso café fino é vendido como de outras procedencias, marcando-se, porém, as taxas mais infimas para o nosso, afim de manterem baixos os preços e ganharem as differenças.

Nós produzimos, e em grande quantidade, cafés finissimos. Nenhum, porém, é vendido na Europa como *café brasileiro*.

O typo 7 é o nosso ; e é nosso, porque é o mais baixo e ordinario !

Temos cafés iguaes aos de S. Salvador, Guatemala, Haity, etc., entretanto não alcançam elles os preços que estes facilmente alcançam.

Sei por experiencia, infelizmente, sendo como sou, productor, e remettendo sempre cafés, perfeitamente iguaes aos melhores daquellas procedencias, sem, entretanto,

conseguir as cotações, que os daquelles paizes alcançam nos mercados do Havre, de Londres ou de Hamburgo.

Pelos nossos typos mais finos pouco mais nos dão além das cotações estabelecidas para o typo 7.

Os productores brasileiros são sacrificados, lucrando os intermediarios.

Estamos na posição de colonos, de verdadeiros vassallos, e, devido a isso, não nos é possivel expellir dos mercados os nossos concurrentes, que reputam a sua mercadoria por preços altos, ao passo que a nossa, posto que igual em qualidade, é sempre sacrificada.

Si impedissemos a exportação dos typos ordinarios, só teríamos a lucrar!...

Em relação aos *stocks*, já estamos tão habituados aos elevados algarismos que, telegraphicamente, nos impingem os torradores americanos, que ninguem mais duvida e nem põe em quarentena a exactidão das cifras e o numero de saccas, que annunciam existir como *visíveis e disponíveis*.

Affirmam a superprodução e dão a baixa como consequencia. E' caso julgado! Apezar da nossa ignorancia profunda sobre a realidade desses enormes *stocks*, que, da Europa e America, nos annunciam, ninguem se propõe a discutil-os, passando á categoria de dogmas. E' materia de fé!

Em um relatório apresentado ao governo hollandez, por um emissario incumbido de

esclarecer todas as questões relativas ao café, li, em uma revista ingleza, varios trechos, interessando-me a parte que justamente se referia aos depositos de café.

Esse emissario hollandéz, cujo nome não me acode agora á memoria, consignava a profunda decadencia da lavoura do café na Asia, declarando que o futuro desse artigo pertencia *exclusivamente* á America, e *especialmente* ao Brazil—o paiz do café, conforme o denominava.

Quanto aos *stocks*, disse que sobre elles havia um *véo impenetravel*, que impossivel ora obter-se a somma real e verdadeira das existencias, quer na Europa, quer nos Estados Unidos.

Com as facilidades de transporte, existentes hoje em uma e em outra região, cresceram naturalmente os depositos nos principaes mercados do mundo, porque não os ha no interior dos diversos paizes, como outrora se dava.

A razão é simples: comprem, conforme as necessidades, pequenas porções, não empattando grandes quantias adquirindo um artigo cuja tendencia é sempre para baixa.

A proposito dessa questão, tratei de colleccionar e reunir as estatisticas que encontrei, chegando á convicção de que temos sido victimas de um verdadeiro conto do vigario, e verdadeiramente expoliados annualmente, de centenas e centenas de milhões.

Só o que temos deixado de receber, de 1896 para cá, dava para pagar as dividas, externa e interna, do paiz.

Tenho aqui as sommas exactas da nossa exportação de 1893 a 1902.

Verifica-se que, no anno de 1893, a exportação brasileira foi de quatro milhões e 307 mil saccas ; em 1894, de seis milhões e 669 mil ; em 1895, cinco milhões e 480 mil ; em 1896, oito milhões e 685 mil ; em 1897, 10 milhões e meio ; em 1898, oito milhões e 752 mil ; em 1899, oito milhões e 976 mil ; em 1900, 10 milhões e 875 mil ; em 1901, 15 milhões ; em 1902, finalmente, 12 milhões e 686 mil saccas.

Sommando toda a nossa produção do decennio, chegamos ao resultado seguinte : a produção total brasileira attingiu a 92 milhões e 400 e tantas mil saccas. O resto do mundo produziu 40 milhões.

Peço a attenção do Senado para esses numeros.

A somma total da produção foi, pois, de 132 milhões, 400 e tantas mil saccas.

Como em 1893 havia um *stock* inferior a cinco milhões de saccas, é preciso addital-o á somma total, chegando a produção e existencia mundial a 137 milhões e 400 mil saccas.

Vejamos agora o consumo.

Em 1882 o consumo regulava entre 10 a 11 milhões de saccas. O augmento annual

no decennio de 1882—1891, orçou, entre 100 a 150 mil saccas.

Quer dizer que, de 1892 em diante, o consumo era de 12 a 12 e meio milhões, por anno.

Qual o consumo actual ?

Os proprios interessados affirmam haver attingido a somma de 16 milhões, não se devendo attribuir o augmento annual, que hoje é de 400 a 500 mil saccas, aos preços baixos, e sim ao enorme crescimento da população americana, grande consumidora de café.

Na Europa o augmento de consumo é insignificante, porque o café, no retalho, é vendido pelos mesmos preços altos de outr'ora.

A baixa não tem, com era de se esporar, influido para fazer augmentar o consumo.

Temos, portanto, em 1893, o consumo de 12 milhões e em 1902 de 16 milhões de saccas. Em vez de tomarmos a média, que seria de 14 milhões, tomarei a cifra de 13 milhões, para consumo annual do decennio.

O resultado é este: — 10 annos a 13 milhões — *130 milhões*.

Tendo sido a producção, unida ao *stock*, de 137 milhões e meio, mais ou menos, verifica-se que a *existencia* actual devia ser de sete milhões e meio, e não de 11 milhões e 800 e tantas mil saccas, conforme nos impingem por telegrammas, os interessados da colossal exploração !!!...

Por intermedio de um amigo, chegado ha pouco dos Estados Unidos, soube que, examinando os *stocks* alli existentes e, cortando algumas saccoas, para ver a qualidade do café empilhado, verificou ser da peor especie, contendo grande proporção de cascas, pausinhos e cafés pretos, imprestaveis quasi para a torrefacção.

E' ou não um verdadeiro conto do vigario? é ou não uma *cuca*, que nos estão fazendo, como fazem ás crianças e aos ingenuos?!...

Os americanos comporam, em regra, todo o café ordinario, e o de typo sete; passam-nolá nos machinismos para separar as qualidades.

O café bom é torrado e vendido; o ordinario, que representa um terço do total, é reensaccado, com todas as impurezas, para augmentar o *stock* e impedir a alta do producto.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Creio que quem fornece esta arma formidavel, contra nós, é o proprio fazendeiro que exporta essas impurozas.

O SR. ALFREDO ELLIS—Justamente. E é por isso que julgo imprescindivel uma medida que prohiba semelhante abuso.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Que não depende de nós como Poder Legislativo.

O SR. ALFREDO ELLIS — O Congresso de S. Paulo votou uma lei nesse sentido; mas, infelizmente, não se poz em execução,

E, já agora, aproveitando o aparte do illustrado Senador, declaro que, si fora presidente do Estado, independentemente do concurso de outros Estados productores, tol-a-hia executado.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—De que modo poderíamos nós legislar sobre esse assumpto?

O SR. ALFREDO ELLIS—Quer agora o Senado ver qual a redução annual que soffremos, na riqueza do paiz, com a desvalorização do café?

Aqui tenho os dados, modestos e moderados, que serviram para os calculos.

O nosso café valeu sempre de 80 a 100 francos, por 50 kilos, chegando muitas vezes a alcançar 110 e 120 francos.

Tomando-se, como média, para todas as qualidades, o typo 7, que é o typo basico, para a exportação americana, verifica-se que sempre nos pagaram 60 francos por sacca de 50 kilos.

Ora, sendo a média da nossa exportação no ultimo quinquenio. 12 milhões de saccas de 60 kilos, equivalentes a 14 milhões de 50 kilos, e mais 20 milhões de kilos, recebemos apenas — pelas actuaes cotações — 432 milhões de francos.

Entretantò, si essa massa de café fosse vendida a 60 francos, por 50 kilos, produziria a somma de 864 milhões de francos, isto é, justamente o dobro da que alcança-

mos pelas nossas safras. Ha, portanto, uma differença annual contra nós de 432 milhões de francos.

Não ha paiz que se mantenha organizado, soffrendo, por muitos annos, tão larga sangria !...

A lavoura, resignada, espera medidas por parte do Governo, medidas que a amparem, enquanto ella moureja, procurando arrancar do seio da terra productiva, fecundada pelo seu suor, a riqueza para a patria e o futuro para a familia.

Pede que lhe deem ar para não ser asphyxiada pelo barão manejado pelo impiedoso especulador.

Direito a ser auxiliada ninguém lhe pôde contestar, porque, creadora do nosso credito, a ella, exclusivamente a ella, deve o paiz a civilização que temos, o bem estar e riqueza que possuímos.

Sr. Presidente, nenhum desdouro haveria si a illustrada Commissão, desconhecendo, por completo, a questão do café que, em geral, *é mais conhecido nas chcaras*, lavrasse o parecer depois de ter ouvido esclarecimentos que o orador se propunha levar ao seu seio.

O nobre collega que, tão vehementemente me aparteia, medico como eu, sabe que não podemos, mesmo em a nossa profissão, conhecer todos os ramos e especialidades medicas.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Mas V. Ex. faz o diagnostico bem feito e, até o está jus-

tificando, porém não apresenta therapêutica alguma.

O SR. FRANCISCO GLYCERIO—Então porque não apresentou a Commissão um substitutivo? — Era o dever da Commissão !

O SR. RAMIRO BARCELLOS — O dever da Commissão não é elaborar projectos; mas sim dar pareceres sobre elles. Darei as razões. Mas porque V. Ex. não o fez ?

O SR. FRANCISCO GLYCERIO—A Commissão foi chamada para pronunciar-se sobre a questão, que é importantissima.

O SR. ALFREDO ELLIS— O meu projecto servia de base para discussão e debate. Era um toque de clarim de sentinella vigilante annunciando o perigo !

O SR. RAMIRO BARCELLOS— Mas a Commissão não podia traduzir, em musica, o toque de clarim de V. Ex.

O SR. ALFREDO ELLIS— Não ha duvida ; mas tambem não tinha necessidade de o traduzir *em trovão* !

O SR. RAMIRO BARCELLOS dá um aparte.

O SR. ALFREDO ELLIS—Nem sequer partiu do obscuro orador uma só palavra que pudesse melindrar a Commissão ou ao seu illustre relator.

O SR. RAMIRO BARCELLOS— Não estou melindrado. Peço a palavra.

O SR. ALFREDO ELLIS—A censura do nobre Senador deveria ser encaminhada ao honrado e illustre Presidente da Republica, porque,

pelo conhecimento exacto do mesmo projecto, procurei, apresentando-o, ir ao encontro de S. Ex., interpretando o seu pensamento e corporificando os seus desejos.

Não posso crêr, conhecendo, como presumo conhecer, as nobilissimas qualidades de S. Ex., que quizesse, em sua mensagem, mystificar a classe a que tambem pertence.

Estou convencido dos seus bons desejos e da sua boa vontade de intervir na questão, proporcionando todos os meios, ao seu alcance, para a resolução da crise.

Quando submetti o projecto ao criterio de S. Ex., declarou-me, com a maior franqueza, que ainda não tinha plano assentado, e que seria melhor justamente abrir-se o debate sobre este, que era amplo e largo, porque outros surgiriam, naturalmente, escolhendo-se então o que apresentasse mais probabilidades de se chegar ao nosso objectivo.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—E' commodo para quem tenha responsabilidades.

O SR. ALFREDO ELLIS—Estou, repito ao Senado, convencido que o honrado Presidente da Republica ha de honrar o compromisso que tomou, em sua mensagem, sobre uma questão que, tão fundamentalmente, affecta os mais vitaes interessos da Nação a que presido.

Em relação ao nosso principal producto, o problema é mais facil porque, como a borracha, é um monopolio nosso,

Temos ahí o exemplo da Russia, na questão do trigo, o recentemente o dos representantes de varias nações em Bruxellas, organizando um convenio para resolução do problema do assucar.

Além desses, outros ha, como os que se referem ao petroleo e á prata nos Estados Unidos.

O governo russo interveiu e impediu que o trigo de sua producção chegasse ao ponto de ser vendido por preço inferior ao do custo da producção.

Entretanto, o trigo não póde ser considerado monopolio, porque produz em quasi todas as zonas, e, por assim dizer, em todos os climas.

Em relação ao trigo, as quantidades produzidas pelos Estados Unidos e pela Russia são tão collossaes que, sem uma perfeita distribuição commercial, o seu preço cairia a uma cotação insignificantissima, não dando para cobrir, e menos remunerar, o custo da producção ao lavrador.

Com a prata os nobres Senadores sabem o que se deu.

A abundancia desse metal produziu extraordinaria baixa nos Estados Unidos.

O governo americano interveiu com decisão, recolhendo ao Thesouro Federal de 500 a 600 milhões de dollars.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Porque os tinha,

O SR. ALFREDO ELLIS—Nunca nos faltaram recursos, o aliás bem largos, para salvar bancos fallidos e para grandes obras.

A Companhia Argentifera de Nova York, quasi fallida, até hoje, apesar das enormes difficuldades com que luta, não deixa sahir a prata do enorme *stock* que possui, sinão em quantidade limitada, afim de impedir a baixa e redução de seu valor actual.

O SR. RAMIRO BARCELLOS— Porque teem capitaes.

O SR. ALFREDO ELLIS—Porque sabe que, si entregar ou lançar ao mercado quantidade superior ás necessidades da praça, os preços baixarão inilludivelmente.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—E por que os fazendeiros não fazem o mesmo com o café ?

O SR. ALFREDO ELLIS— Por uma razão muito simples. Porque não teem bancos, e nem apparelhos de credito que forneçam á lavoura o numerario preciso para o pagamento inadiavel dos colonos.

Si, porventura, tivessemos os *warrants* e bancos que os descontassem sob a garantia do café...

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Temos o *warrant* ; está ahi em lei.

O SR. ALFREDO ELLIS—Sobram leis, mas infelizmente o dinheiro falta !...

Diz S. Ex. que o *warrant* está ahi em lei. Ninguem contesta, porque é a verdade; mas não diz S. Ex. quem o descontará.

Falta o principal, que é o dinheiro !

Para preencher essa lacuna formulei o substitutivo do projecto.

O SR. RAMIRO BARCELLOS dá um aparte.

O SR. ALFREDO ELLIS—Esta declaração do honrado Senador é muito grave.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — E' a verdade.

O SR. ALFREDO ELLIS—Encontramos capitães para tudo, mesmo para obras que podiam ser adiadas para melhores tempos ; para o malsinado café, porém, não se encontra quem os forneça para a sua valorização e defesa.

E' elle, exclusivamente elle, entretanto, que valoriza todos os empréstimos que se toem feito neste paiz ! E' doloroso confessal-o.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — E' doloroso, mas o que se ha de fazer ?

O SR. ALFREDO ELLIS — O café é o valorizador de nosso credito e, entretanto, não existe credito para o valorizar !...

Si, por ventura, não constituísse elle monopolio nosso, porque produzimos 82 % da produção mundial, não estaria a esta hora, na tribuna, importunando os Srs. Senadores com estas considerações ; mas, sendo monopolio nosso, entendo que é do nosso dever valorizal-o, bastando para isso que o Governo compre 4 ou 5 milhões de saccas.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Com que ?

O SR. ALFREDO ELLIS — Com um empréstimo.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — De onde tiral-o ?.

O SR. ALFREDO ELLIS — De onde tirou os 8 1/2 milhões sterlinos para as obras do porto e para a avenida.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Esse está dando juro.

O SR. ALFREDO ELLIS — Dará á custa do café !... E' curioso que, pagando este os juro de todos os emprestimos que temos feito, não possa pagar os do unico levantado para dar-lhe maior valor e importancia !.

Tudo isto está demonstrando á luz da evidencia que S. Ex. considera a questão *hostilmente*.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Hostilmente; por que ?

O SR. ALFREDO ELLIS — Aqui estou, ha duas horas, a afirmar e a repetir que o café é a nossa moeda ; que representa quatro quintos do valor de toda a nossa exportação ; que é o sustentaculo do nosso credito ; que sem elle, finalmente, o Brazil não poderá cumprir os seus compromissos, e nem fazer face aos seus pagamentos ; e, apesar disso tudo, S. Ex. continua a dizer que não ha recursos para modificar a situação tristissima a que chegou, devido ao desembaraço da especulação, que não encontra resistencia, e estranha quando declaro que semelhante linguagem demonstra franca e positiva hostilidade !

O Governo passado queimou mais de 100 mil contos para valorizar o nosso papel moeda ; o Governo actual esquivase, segundo afirma o honrado Senador, e essa declaração não pôde deixar de ter o cunho official...

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Pareco porque ? Discuto aqui como Senador.

O SR. ALFREDO ELLIS—...e será recebida, pelos interessados e pelo paiz inteiro, como uma nota de desanimo.

O honrado Senador disse que o Governo « não pôde lançar um ~~em~~prestimo de..... 100.000:000\$ para amparar o nosso principal producto », e impedir que o exportador continue a explorar, em detrimento nosso, os mercados, marcando á sua vontade, a seu bel prazer, os preços do café.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Estou dizendo que com 100.000:000\$ o Brazil não tem força para obrigar a comprarem o café pelo preço que lhe convém. Isto não vale nada deante dos grandes capitaes que são empregados no commercio do café.

Qualquer torrador dos Estados Unidos pôde sustentar a luta.

O SR. ALFREDO ELLIS—Açceitando mesmo como real o *stock*, que annunciam, de 11 1/2 milhões de saccas, si se promovesse a resistencia, comprando o Governo e retirando do mercado cinco milhões de saccas, o que se daria ?...

A' medida que o Governo fosse comprando os *stocks* iriam infallivelmente se esgotando, sem perigo de accrescimo, porque, em parte alguma, encontrariam o bastante para supprir as necessidades do consumo.

E isto sem levar em linha de conta, e nem tomar em consideração, a circumstancia que se daria, sem duvida, de elevação de preços correspondentemente, na Europa e America, por parte dos possuidores dos *stocks*.

Si estes não suspendem os preços é porque não ha resistencia aqui, e não por falta de vontade, ou pouco desejo de reputarem melhor a mercadoria.

Pergunto eu : qual o consumo do mundo actualmente ?

De 47.000 saccas diarias ; quer dizer que, para o supprimento do mundo, ha necessidade de 1.400.000 saccas mensaes.

Portanto, si o Governo pudesse resistir por cinco mezes, os *stocks* diminuiriam de seis milhões e 500 mil saccas a sete milhões, ficando reduzidos a menos de cinco milhões.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Responderei a V. Ex., não em aparté ; mas opportunamente viro á tribuna e responderei.

O SR. ALFREDO ELLIS—Realmente... sinto-me amesquinhado, porque tendo passado 20 annos a tratar desta questão, a estudar o café, em suas varias modalidades, como lavrador e producteur, suppondo, ingenuamente, tendo mesmo a voleidade de acreditar, que

conhecia o assumpto, vejo, entretanto, que o honrado Senador pelo Rio Grande do Sul delle entende mais do que eu, não obstante nunca haver se preocupado e nem se interessado com semelhante materia.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — V. Ex. está suppondo que a mudança de localidade dos *stocks* influe; não influe. Esteja em qualquer parte, desde que o commercio exista, procura o *stock* sustentar-se até que seja despejado.

Era preciso que o Brazil tivesse dinheiro para manter um *stock* durante quatro ou cinco mezes.

O SR. ALFRDO ELLIS — As suas palavras, permitta-me a liberdade o illustre Senador, estão provando que S. Ex. desconhece por completo o assumpto.

Não estranho.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Conheço tão bem como V. Ex. O honrado Senador nada disse a respeito do café que não estejamos fartos de lêr e ouvir.

O SR. ALFREDO ELLIS — Comquanto preste á cultura e erudição do honrado Senador o maior acatamento, hade permittir que duvido de sua sciencia relativamente a esta questão.

Em todo o caso, estou com o illustre Presidente da Republica.

S. Ex. terminante e positivamente, declarou, em sua mensagem que — «a causa principal da baixa era, effectivamente, a fraca resistencia dos intermediarios.»

O que significam estas palavras ?.

Simplemente:—*que não ha defesa.*

O exportador sabe, antecipadamente, que pôde adquirir a mercadoria *quando quizer e pelo preço que quizer.*

O SR. RAMIRO BARCELLOS — Quem diz o contrario ?

O SR. ALFREDO ELLIS—Si, porventura, o commissario podesse levantar, em um banco, a somma que precisasse, garantindo-a com o proprio café, naturalmente o exportador teria de mudar de tactica, porque ver-se-hia tolhido e, até certo ponto, impossibilitado de deprimir o mercado para fazer as suas compras.

Isto é logico e perfeitamente racional !

Empenho-me, Sr. Presidente, com todo o ardor, no debate, porque desejo salvar o suor do povo, que é o sangue da nação !

O SR. RAMIRO BARCELLOS dá um aparte.

O SR. ALFREDO ELLIS—S. Ex., segundo me parece, está muitissimo irritado, porque censurei a Commissão...

O SR. RAMIRO BARCELLOS—E' o meu modo de fallar.

O SR. ALFREDO ELLIS—... pelo facto de não ter querido me ouvir.

Suppunha, Sr. Presidente, que, tratando-se do assumpto, pela primeira vez, no Senado, seria até desejavel que ao seio da Commissão levasse os subsidios e dados que pos-

suo, affim de ficar ella bem orientada para resolver e dar parecer sobre o projecto.

Vejo que andei mal...

O SR. RAMIRO DE BARCELLOS—Mas é um assumpto muito conhecido.

O SR. ALFREDO ELLIS—Parece isso ao nobre Senador, entretanto não é tão facil como pensa.

Identica opinião á de S. Ex, tinha um seu illustre conterraneo quo, nomeado para fazer a propaganda do café na Europa, esteve em Santos, por espaço de duas horas, e de lá se retirou, suppondo conhecer o commercio do café, sabendo tudo e podendo até ensinar, em seus minimos detalhes, a sua cultura e commercio!...

Assim como impossivel era áquelle illustre cavalheiro, em tão pouco tempo, apprehender todas as faces do probloma, impossivel é, ao honrado Senador, conhecer, a fundo, a importante questão ora em debate.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Tudo isso que V. Ex. diz é muito facil. S. Paulo não está ão fim do mundo para não se saber o que por lá se passa.

O SR. ALFREDO ELLIS—Isso que V. Ex. diz demonstra, ao contrario, que desconhece completamente o assumpto.

Então V. Ex. suppõe que o que ostoudizendo todo mundo sabe? V. Ex. não tem razão! Para que me sentisse habilitado a mo exprimir, por este modo, foi preciso uma

pratica de dezenas de annos, como lavrador, e mais do que isso, o esforço extraordinario de colleccionar, com maxima paciencia, dados e estatisticas, para poder vir dizer estas cousas ao Senado, com a responsabilidade do meu nome.

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Não é preciso plantar-se café para saber-se quaes são as causas da baixa do preço actual desse producto.

O SR. ALFREDO ELLIS—O honrado Senador se esforça por provar que lavrou um parecer sem conhecer absolutamente nada sobre a questão.

E posso-lhe garantir que tem conseguido amplamente o seu intuito para demonstrar que os *stocks* annunciados não são reais...

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Pois bem; V. Ex. vae-me dizer agora qual é o *stock* real do mundo, pois que, já declarou, dispõe de dados para tanto.

O SR. ALFREDO ELLIS—Essa tarefa deveria antes caber a quem se mostra tão conhecedor de tudo, e tão disposto a contrariar as affirmativas dos que passaram annos pesquisando a materia, a fim de trazer ao Senado documentos e provas que não podem ser contestados, como estou sendo, pelo meu illustrado collega por simples palavras.

Aqui está um jornal de 6 de agosto, trazendo o resumo dos *stocks*.

A bolsa de Nova York accusa um au-

gmento de 470 mil saccas, ao passo que a firma During & Sons de Rotterdam, de claraque houve uma diminuição de 333 mil saccas.

Ha, portanto, uma differença, sommadas as duas parcellas, de mais de 800 mil saccas, ou de tres milhões e 200 mil arrobas entre as duas affirmativas.

O SR. RAMIRO BARCELLOS — E onde está a verdade ?

O SR. ALFREDO ELLIS — V. Ex. o dirá, porque conheço o assumpto, por intuição, e está apto para desvendar, com a maior facilidade, todos os mysterios e esclarecer todos os pontos obscuros da questão.

Si, por ventura, V. Ex. conhecesse os grandes interesses ligados ás torrações de Nova York...

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Não são segredos. Todo o mundo sabe que existem essas grandes installações e torrações em Nova York.

O SR. ALFREDO ELLIS — Mas o que talvez V. Ex. ignore, e desculpe-me a audacia do duvidar assim dos seus conhecimentos, é que, precisando ellas da materia prima, para a sua industria, se esforcem por adquiril-a, por preço o mais baixo possivel, lucrando a differença, porque vendem o producto torrado, pelos preços que vigoravam, outr'ora, quando essa materia prima lhes custava o triplo o mesmo o quadruplo.

A estatística da bolsa de Nova York nunca exprimiu a verdade.

O interesse, e isto é intuitivo, é de conservarem os preços baixos.

Qualquer fabricante, entre nós, naturalmente deseja que a materia prima, para a sua industria, possa ser comprada *pelo minimo*.

O mesmo succello lá, o mesmo se dá em toda a parte do mundo.

Si pudessem obter, de graça, a materia prima, melhor seria para o seu negocio.

Ahi está uma das razões da baixa.

A outra, a que não me referi ainda e que não é menos importante, porque não deixa augmentar o consumo, são os grandes onus que peçam sobre o café.

Imagine que V. Ex. (*dirigindo-se ao Sr. Ramiro Barcellos*) queira presentear um conterraneo seu, que resida em Pariz, com algumas saccas de café, para que alli faça uma propaganda séria e honesta contra a chicorea.

Sabe V. Ex. qual a despesa que faria cada sacca de café até Pariz?

O SR. RAMIRO BARCELLOS—Mais ou menos. Sei, por exemplo, que o café alli paga 200 vezes mais do que o seu real valor.

O SR. ALFREDO ELLIS—Cada sacca de café teria de pagar cerca de 210 francos antes de chegar ás mãos do destinatario.

Ora, isto não se dá com producto algum do

mundo, é por isso, que tomei o encargo e a liberdade de vir trazer ao Senado certos esclarecimentos, sem o minimo espirito aggressivo, pedindo, em vez da hostilidade, o concurso das luzes, do saber e da intelligencia, que me faltam.

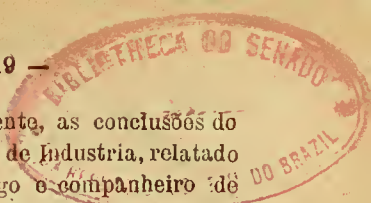
VOZES— Não apoiado.

O SR. ALFREDO ELLIS—Sou o primeiro a reconhecer, na honrada e illustrada Commissão de Finanças, todos os dotes, todos os conhecimentos, e por isso mesmo desejava que ella concorresse para a solução do problema, apresentando as suas idéas sobre o assumpto, consubstanciadas em um substitutivo.

O que me contrista, Sr. Presidente, é a formal declaração do illustre relator, de não ter absolutamente, confiança na possibilidade do Governo levantar um empréstimo para soccorrer—não a lavoura—mas o producto, que, continuo a dizer e a affirmar, é o nosso ouro, a nossa verdadeira moeda, porque é com elle, que compramos e pagamos o que importamos, porque é com elle que honramos e sustentamos o nosso credito no exterior.

E' intuitivo que o Governo Federal deve se interessar para que essa moeda tenha maior poder acquisitivo e, cada vez mais, se valorize.

Quanto maior valor tiver o café, em summa, mais ouro entrará no Brazil.



Acceito, Sr. Presidente, as conclusões do parecer da Commissão de Industria, relatado por meu illustre amigo e companheiro de representação, o Sr. general Glycerio, para que fique adiada a discussão sobre o projecto, até que venha o outro que vae ser apresentado pela deputação paulista, na Camara dos Deputados.

Hypotheco-lhe o meu concurso e prometto-lhe o meu apoio nesta Casa. (*Pausa.*)

Sinto-me fatigado, Sr. Presidente; antes, porém, de descer da tribuna, devo dizer que acompanho e acolho o plano do Sr. Presidente da Republica, assignalando este apoio, como já o fiz ainda hoje, votando a favor do projecto, sobre desapropriações, que veio da outra Casa do Congresso.

O honrado Presidente da Republica immortalizará o seu nome e será um benemerito da Patria, si, ao lado das obras do porto, ha tanto tempo reclamadas por todos, conseguir a extincção da febre amarella no Rio de Janeiro, equivalendo esse serviço ao maior beneficio que um chefe de Governo poderia prestar á sua patria, apagando, de vez, a triste e lugubre legenda que peza sobre todo o paiz.

Em relação aos embellezamentos, porém, com que pretende dotar a Capital da Republica, julgo do meu dever dizer, com franqueza, que preferia ver applicadas as grandes sommas destinadas a esse fim, em promover

a solução da crise economica, de preferencia a essas obras, que podem ser realizadas quando as nossas condições financeiras forem melhores do que actualmente o são.

Peço, como brasileiro e como paulista, ao illustre Presidente da Republica, que não se esqueça do compromisso que tomou em sua mensagem; que se lembre dessa classe de trabalhadores que ahi jaz, no mais profundo e pavoroso desespero, porque lhe falta, não a coragem, mas, os imprescindiveis recursos, para continuar a produzir a riqueza do paiz.

Do contrario, se me affigura estarmos a adornar uma necropole, para uma batalha de flores; a ornamentar uma sala de hospital, com a atmospheria impregnada de dores e de gemidos, para um suráo; ou a pintar de carmin a face algida e cyanotica de um moribundo, já contrahida pelas convulsões precursoras da morte! (*Muito bem; muito bem. O orador é muito comprimentado.*)
